

Conrado Moreira Mendes

**O falar do *Jornal Nacional*:  
produção e recepção de um  
sotaque de natureza ideológica**

Belo Horizonte  
2006



# Índice

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>I Produção de um falar de natureza ideológica</b>	<b>11</b>
<b>1 O Falar do <i>Jornal Nacional</i></b>	<b>13</b>
1.1 Um pouco de história . . . . .	14
1.2 O produto <i>JN</i> . . . . .	16
1.3 O texto telejornalístico . . . . .	19
1.4 A padronização das pronúncias no <i>JN</i> . . . . .	21
<b>2 <i>Jornal Nacional</i>, o <i>Jornal da Nação</i></b>	<b>25</b>
2.1 Origens da nação . . . . .	26
2.2 Nação e ideologia . . . . .	28
2.3 Tradições inventadas . . . . .	31
2.4 Nação, projeto ideológico excludente . . . . .	33
2.5 O falar e a nação . . . . .	36
<b>3 Sotaque e língua padrão</b>	<b>37</b>
<b>4 Ideologia e plano da expressão</b>	<b>41</b>
4.1 Significado forte de ideologia . . . . .	42
4.2 Significado fraco de ideologia . . . . .	44
4.3 Ideologia e Estudos Culturais . . . . .	45
4.4 O plano da expressão . . . . .	47
4.5 Plano da expressão e ideologia . . . . .	50

<b>II</b>	<b>Recepção do falar do <i>Jornal Nacional</i></b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>Estudos Culturais Ingleses e Estudos de recepção</b>	<b>55</b>
5.1	Codificação e decodificação . . . . .	56
5.2	Mediações . . . . .	61
5.3	Televisão e cotidiano . . . . .	63
5.4	Algumas considerações antes do estudo de caso . . . . .	64
<b>6</b>	<b>Estudo de caso – Recepção do falar do <i>Jornal Nacional</i></b>	<b>65</b>
6.1	Metodologia . . . . .	65
6.2	Perfil dos voluntários . . . . .	67
6.3	Questionários por e-mail: especificidades a serem levadas em conta . . . . .	69
6.4	Análise das fichas culturais . . . . .	71
6.5	Análise dos questionários . . . . .	71
6.6	Decodificação da expressão <i>versus</i> decodificação do conteúdo . . . . .	77
	<b>Conclusão</b>	<b>79</b>
	<b>Bibliografia</b>	<b>81</b>
	<b>Anexo</b>	<b>85</b>

*Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel.*

*Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. M<sup>ª</sup>. Mirian Chrystus de Mello e Silva.*

*Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cristina Fricke Matte.*

“Quem entender a linguagem entende Deus  
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.”

*Adélia Prado*

## Resumo

Este trabalho se propõe a perceber como se dá a produção e recepção do falar/sotaque do *Jornal Nacional*, noticiário exibido diariamente às 20h15min pela Rede Globo de Televisão. Procuramos entender como um sotaque supostamente “neutro”, sem marcas regionais é perpassado pela ideologia e entra em confluência com a idéia de nação. Tomamos o sotaque do *Jornal Nacional* como um texto televisivo, que produz sentido, e que está enquadrado no contexto de um telejornal. Trata-se de um objeto de pesquisa que articula teorias da Comunicação e da Lingüística. . Para este estudo, o sotaque deve ser pensado com uma instância relacionada a fatores culturais, políticos, econômicos e ideológicos.

**Palavras-chave:** *Jornal Nacional*, sotaque, ideologia, plano da expressão, nação, produção, recepção.



# Introdução

O mapa do Brasil composto por símbolos: alguns deles parecem letras do nosso alfabeto<sup>1</sup>, outros não. Esses símbolos são provenientes do Alfabeto Fonético Internacional<sup>2</sup>. Composto por 120 unidades, ele é suficiente para categorizar as consoantes e vogais que ocorrem nas línguas naturais, quer dizer, as línguas faladas por seres humanos e usadas como instrumento de comunicação. Por meio de transcrições fonéticas, é possível representar quase qualquer som com muito mais precisão do que com a escrita ortográfica.

A idéia de formar um mapa por símbolos cuja função primordial seria a transcrição fonética exprime a seguinte idéia: o Brasil formado por símbolos que representam sons. Mas que sons seriam esses e o que isso tem a ver com a formação de uma nação?

Nosso estudo gira em torno do falar do *Jornal Nacional*, exibido pela Rede Globo de Televisão, diariamente, às 20h15min. No ar desde 1º de setembro de 1969, há 37 anos, portanto, esse telejornal tem audiência de mais de 29 milhões de pessoas, o que significa 40 pontos de audiência e 61% de *share* (participação no total de televisores ligados). Percebida sua grande inserção nos lares brasileiros, volta-se à idéia da

---

<sup>1</sup> Alfabeto latino, também conhecido como alfabeto romano.

<sup>2</sup>O Alfabeto Fonético Internacional (AFI), em inglês International Phonetic Alphabet (IPA), foi originalmente desenvolvido pelos fonéticos britânicos e franceses da Associação Fonética Internacional, estabelecida em Paris, em 1886. O alfabeto pretende ser uma notação padrão para a representação fonética de todas as linguagens. Sofreu revisões durante a história, incluindo algumas grandes, como a da convenção de Kiel (1989); a mais recente foi em 1993, com pequena alteração em 1996. A maioria das letras do alfabeto é originária do alfabeto romano ou derivada dele, algumas são do alfabeto grego e outras não parecem pertencer a nenhum alfabeto. Segundo a enciclopédia virtual Wikipedia: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto\\_fon%C3%A9tico\\_internacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_fon%C3%A9tico_internacional).

capa desta monografia: o que o falar ou sotaque de um telejornal se relaciona com a construção da nação brasileira e de que modo?

Percebe-se que existe um falar híbrido dos repórteres e apresentadores desse telejornal, que não remete a qualquer lugar específico ou cidade do País. Criou-se um acento supostamente “neutro” no *JN*, abandonando-se o falar próprio de cada região do Brasil. Temos, por exemplo, um correspondente desse canal de TV em Fortaleza, Ceará, que fala de modo muito semelhante ao repórter de São Paulo ou do apresentador do telejornal com sede no Rio de Janeiro.

Partindo da premissa de que há apagamento de marcas lingüísticas de origem (mesmo que esse apagamento seja parcial) dos repórteres e apresentadores do *Jornal Nacional*, pergunta-se: de que maneira o falar *Jornal Nacional* se constitui como parte do projeto de construção da nação brasileira? E de que maneira tal falar de natureza ideológica é codificado e decodificado?

A partir do problema do falar/sotaque do *Jornal Nacional*, pretendeu-se, pois, perceber dois processos distintos: a *codificação* e *decodificação* de um falar, para usarmos os termos de Stuart Hall. Analisaremos tal falar, que caracterizamos ideológico no sentido que os Estudos Culturais chamam de *versão neutra de ideologia*, pensando-o desde sua produção até sua recepção.

Esta monografia compõe-se de duas partes: a primeira compreende a reflexão sobre a produção de um falar ideológico, como se engendra e entra em confluência com o projeto de nação. Compõem a primeira parte os capítulos 1, 2, 3 e 4. A segunda parte consiste em um estudo de recepção realizado com 15 participantes e pretende perceber de que forma o falar do *Jornal Nacional* é decodificado, apreendido pelo receptor (capítulo 6). Antes da pesquisa de recepção, no entanto, traremos um panorama teórico sobre o tema (capítulo 5), para depois fazer a análise dos questionários respondidos pelos voluntários da pesquisa. Procurou-se perceber como se dá a produção e a recepção de um sotaque supostamente neutro e, concomitantemente, perceber o todo do processo comunicativo, ou seja, como tais partes estão imbricadas de forma relacional.

## **Parte I**

# **Produção de um falar de natureza ideológica**



# Capítulo 1

## O Falar do *Jornal Nacional*

Muitas pessoas já devem ter percebido que repórteres e apresentadores de telejornal falam de maneira muito semelhante. Falam com um sotaque que não remete a lugar algum especificamente e aparentam propor, assim, certa neutralidade e maior compreensibilidade da notícia. Apesar de tais supostas neutralidade e compreensibilidade, existem outras razões que justificam o uso de um falar-padrão ou de um falar “neutro”. Propusemo-nos a analisar esse assunto e percebemos que não se trata de um sotaque neutro, muito pelo contrário. Trata-se de um falar construído, e, que, em última instância, legitima um projeto maior: o projeto da nação brasileira. O falar do *Jornal Nacional* estaria, portanto, relacionado, não coincidentemente, à construção da própria idéia de nação.

Sabe-se que o Brasil, dada a sua grande extensão territorial, possui inúmeras variações lingüísticas, sendo as que nos interessam as diatópicas, ou seja, as variações que se dão no espaço geográfico. Sabe-se que a língua portuguesa se apresenta viva nas variedades brasileira (PB) e européia (PE). De acordo com Zágari (1998), cada uma dessas variedades é dividida em unidades menores, ocupando zonas geográficas mais ou menos definidas, partilhando de um conjunto de traços e regras que não se diferem substancialmente.

Os *falares* são, portanto, “realizações lingüísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, a um ritmo de fala e a uma que outra definida escolha de um item lexical” (Zágari: 1998:32,33). Para o Dicionário Houaiss, o *falar* corresponde à “variedade de uma língua peculiar a um quadro geográfico; tem-se

o falar próprio de uma área mais ampla (p.ex.: o falar nordestino)” (2001:1301). Nesse sentido, *falar* pode ser considerado sinônimo de sotaque, que é uma “pronúncia característica de um país, de uma região, de um indivíduo, etc.; acento” (Houaiss, 2001: 2614).

Uma vez esclarecidos os conceitos falar/sotaque faremos um percurso pela história do *Jornal Nacional*, para entendermos de que maneira o tão conhecido e publicizado falar compôs o padrão Globo de Telejornalismo.

## 1.1 Um pouco de história

No dia 1º de setembro de 1969, estreava o primeiro telejornal transmitido em rede nacional no Brasil, o programa de maior audiência da história da televisão brasileira: o *Jornal Nacional*. Gerado no Rio de Janeiro, sede da TV Globo, o *JN* era retransmitido para suas emissoras em vários pontos do país, por meio de um sistema no qual a Embratel associava a emissão de microondas e por satélite.

“Há 35 anos, todas as noites, sete em cada dez aparelhos de televisão ligados sintonizam o *Jornal Nacional* da TV Globo. Este é um fenômeno raro – senão o único em termos mundiais – tanto pela longevidade do programa como pela permanente liderança de audiência”. Esta citação, retirada da orelha do livro *Jornal Nacional – a notícia faz história*, lançado em 2004, é extremamente emblemática, pois mostra a representatividade desse noticiário. Hoje, já se passaram dois anos da primeira edição desse livro e, portanto, o *JN* celebra seus 37 anos conservando a mesma audiência e o mesmo grau de importância na vida dos brasileiros.

O *Jornal Nacional* foi criado por uma equipe comandada pelo jornalista Armando Nogueira e foi o primeiro a apresentar reportagens em cores e a mostrar imagens via satélite de acontecimentos internacionais, no mesmo momento em que ocorriam. Segundo Paternostro (1999), o estilo de linguagem, a narrativa e a figura de repórter de vídeo vinham dos telejornais norte-americanos.

Um dos grandes diferenciais trazidos pelo *JN* foi o fato de trazer matérias testemunhais, com a fala dos entrevistados. De acordo com Armando Nogueira, “O que caracterizava nosso jornal era o som direto.

O *Repórter Esso*<sup>1</sup> não tinha som direto porque saía embalado da redação do *Jornal do Brasil*, onde funcionava a [agência de notícias] *United Press*, distribuidora do noticiário” (apud Ribeiro, 2004:34).

Desde sua criação, o *Jornal Nacional*, pelo fato de ser o primeiro noticiário transmitido em rede nacional, já se apresentava como o “telejornal da nação brasileira”. Segundo Ribeiro, um dos indícios de tal afirmação era o *slogan* utilizado pelo *JN*: “A notícia unindo seis milhões de brasileiros”. Explica-se que esses seis milhões correspondiam às pessoas que tinham acesso e/ou possuíam um televisor que lhes permitisse assistir ao *Jornal Nacional*. O segundo *slogan*, também fazendo a linha do primeiro era: “Três anos de liderança integrando o Brasil através da notícia”. Percebe-se que esse telejornal, mais que a função de narrar fatos, mostra-se como um fator de aglutinação da nação brasileira e, de certo modo, acaba virando um legitimador dessa idéia, como será possível observar com mais vagar no próximo capítulo.

O importante, neste primeiro momento, é perceber que o *JN* empenhou-se na criação do conceito de uma notícia com dimensão nacional, até mesmo por uma questão do próprio formato da mídia, quer dizer, pelo fato de ser transmitido em rede nacional. “As matérias deveriam ser de interesse geral e não regionais ou particularistas. Os assuntos tinham que chamar atenção tanto do telespectador de Manaus quanto de Porto Alegre” (Ribeiro, 2004:39).

No que se refere ao contexto histórico da época, o *Jornal Nacional* nasceu sob o signo da ditadura militar, implantada no Brasil pelo Golpe de 64. E, com a decretação do Ato Institucional nº5, em 1968, o *JN* já nasceu marcado pela censura. De acordo com Ribeiro, na estréia, o telejornal já sofreu censura: a notícia de derrame do presidente Costa e Silva teve que ser negociada, já que era objetivo dos militares esconderem esse fato. E, ainda de acordo com a mesma fonte, “à medida que a audiência aumentava, o *Jornal Nacional* era cada vez mais visado” (Ribeiro, 2004:35). Segundo Chrystus (2002), a despeito da censura, “(...) a Globo atingiu seu objetivo de tornar-se um modelo para o tele-

---

<sup>1</sup> Telejornal da TV Tupi SP e RJ. Esteve no ar entre os anos de 1953 a 1970. “Nos primeiros tempos da TV brasileira, como os anunciantes compravam os espaços, os programas recebiam o nome do seu patrocinador, como é o caso desse telejornal”. (Paternostro, 1999:35)

jornalismo brasileiro – mais que isso, tornou-se o modelo único no país (...) de linguagem completamente diversa” (Chrystus, 2002:75).

É importante também salientar que a criação de um telejornal de caráter nacional era desejável pelos militares então no poder. O desenvolvimento de grandes feitos nacionais, como a criação das estatais ou a rodovia Transamazônica, datam desta época e um jornal que unisse simbolicamente um país, povoado nas regiões Sudeste, Sul e litorânea, mas parcamente habitado nas regiões Norte e Centro-Oeste, era de interesse daqueles que queriam construir a imagem de um “grande país”. Portanto, se o *Jornal Nacional* nasceu sob a égide da censura, ele não deixa de ser um projeto apoiado pelos militares.

## 1.2 O produto *JN*

Após traçarmos o percurso histórico do *JN*, faz-se necessário analisá-lo como um produto midiático. Tal análise nos indica que ele se distingue de outros telejornais e remonta ao conceito que Gomes (2005) chama de *modo de endereçamento*, ou seja, aquilo que:

“(...) se caracteriza pela relação que o programa propõe para ou em conjunto com a sua audiência. Em uma certa perspectiva, ele se refere a *subject positions* (*posições de sujeito*) construídas pelo programa; em outra, ele é entendido como o seu *tom* ou *estilo*. ‘O que é próprio do Jornal Nacional?’ e ‘de que modo ele convoca o telespectador?’ (Gomes, 2005:01).

De acordo com essa autora, “o programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um *estilo*, que o identifica e que o diferencia dos demais” (Gomes, 2005:02). É, portanto, sobre a construção do estilo do *Jornal Nacional* da relação que ele estabelece com a audiência que se refere esse conceito de Gomes (2005).

Segundo esta autora, o *JN* possui todas as marcas que caracterizam um telejornal: a temática, o formato, o cenário, os apresentadores. “Tudo contribui para a identificação do programa com o gênero [telejornalístico]” (Gomes, 2005:06). Por isso, ele é visto como uma espécie de “telejornal-referência”.

O noticiário tem início com a apresentação do patrocinador e os apresentadores, em seguida, são anunciadas as principais manchetes.

Tudo é feito de forma ágil, para chamar a atenção do telespectador. “Eles [os apresentadores] miram a tela de forma fixa e nos convocam: *veja agora, no Jornal Nacional*”. Segundo essa autora, “o texto evidencia uma estratégia de ‘aproximação’ com o leitor” (Gomes, 2005:06). Chrystus (2002) afirma que o *JN* mantém a mesma estrutura desde sua criação: “Depois da escalada, o noticiário se desenvolve em blocos, que são separados por passagem de bloco, até os créditos finais, no encerramento” (Chrystus, 2002:75). O tempo médio situa-se em torno de 1346 segundos. Segundo Gomes (2005), “estrutura do *JN* é impecável: chamada, matéria no clássico formato *off – passagem – sonoras* e nota pé (muito presente no jornal)” (Gomes, 2005:09).

Os dois apresentadores ocupam uma bancada prateada, em um cenário cuja cor predominante é o azul. Eles apresentam o *JN* acima da redação, o que é emblemático, pois eles estão “acima da produção da notícia”. Ao fundo nota-se um mapa-múndi em um globo azulado. A tecnologia é de ponta e é muito freqüente a utilização do efeito *chroma-key*, por meio do qual, imagens são projetadas atrás dos apresentadores.

Para Gomes (2005), a notícia do *Jornal Nacional* se constrói de forma imparcial. “Uma das formas mais visíveis da construção da credibilidade no *JN* é através da elaboração, retórica, dos ‘dois lados da notícia’” (Gomes, 2005:07). Além disso, esse telejornal valoriza sua cobertura, dando destaque ao trabalho de repórteres espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

No *Jornal Nacional* não há emissão explícita de opiniões por parte dos apresentadores, e isso se caracteriza como um fator de construção de imparcialidade. Gomes (2005) ainda ressalta a constante presença de especialistas e da sustentação por números, dados estatísticos e gráficos, o que evidencia um caráter didático do noticiário.

O que diferencia o *JN* dos outros telejornais, para Gomes (2005) é a capacidade de “estar lá”, só possível graças ao poderio econômico e tecnológico da Central Globo de Jornalismo. Essa idéia de onipresença do *JN* é construída por meio das entradas ao vivo dos repórteres. Isso ainda causa o efeito de credibilidade da notícia.

No que se refere à utilização de palavras, o *JN* apresentou, em um estudo de Rezende, número médio de 3473, menor que os concorrentes à época, *TJ Brasil* e *Jornal da Cultura*, o que significa que o *JN* “empregou menos o código verbal nas matérias jornalísticas, evidenciando

(...) a força da imagem naquele telejornal – harmonizando-se com seu estilo *hard news*, mais factual” (Rezende *apud* Chrystus, 2002:76).

Segundo Gomes (2005), “o principal pacto estabelecido com a audiência é em relação ao recorte dos fatos mais ‘importantes’ do cotidiano do país (o país privilegiado pelo noticiário)” (Gomes, 2005:08). Ou seja, é estabelecido um contrato fiduciário<sup>2</sup> entre *JN* e audiência baseado na crença de que o recorte que esse noticiário equivalha aos fatos mais importantes e o que mais tem relevância para a vida dos brasileiros. Outro fator de fé entre *JN* e audiência é o papel de organizador do mundo, de acordo com Gomes (2005). Esse noticiário se apresenta como um organizador do fluxo caótico de notícias e dá sentido aos fatos. A autora ainda salienta o papel do *JN* de alimentar a “conversação social”: “Um pouco de política, de economia, esportes, internacional, apenas o essencial de cada uma das editorias é suficiente para repor o estoque de informação para a conversa do próximo dia” (Gomes, 2005:08).

O *Jornal Nacional* organiza as notícias sempre do mais forte para o mais leve. Para Gomes (2005), essa tendência é perceptível tanto em relação a todo o noticiário quanto em relação a cada bloco. A ordem de apresentação das notícias mostra-se da seguinte maneira: Segurança/Polícia, Economia, Política Nacional, Internacional, Serviços (previsão do tempo, cotações da bolsa e das moedas), Esporte e Social. Há ainda matérias não fixas sobre Ciência e reportagens especiais, sobre temas diversos, geralmente temas sociais pertencentes às séries de reportagem *Brasil Bonito* e *Identidade Brasil*, o que Chrystus (2002) chama de *matérias edificantes do Jornal Nacional*. Nota-se que, após

---

<sup>2</sup> No âmbito da teoria do jornalismo, Guerra (1998) pontua que é sobre o contrato fiduciário que se baseia o jornalismo, ou seja, jornalistas e público mantêm uma confiança mútua de que a notícia se trata de realidade e não de ficção.

De acordo com Matte (2002), na perspectiva da teoria semiótica francesa, o contrato fiduciário é realizado pela relação ser/parecer. Essa relação, desse modo, funda-se da confiança e no crer e se realiza como um sintagma intersubjetivo composto de três fazeres: o fazer veridictório, epistêmico e fiduciário. O primeiro consiste na inscrição de marcas mediante as quais se produz um efeito de verdadeiro/falso/mentiroso/secreto. O segundo consiste no fazer interpretativo do sujeito, a partir de sua cultura, seus valores. O fazer fiduciário, por sua vez, o sujeito confia ou espera mais do que o fazer epistêmico permite, ou seja, ele se deixa conduzir por uma atitude passional, um estado de alma, que toma o *parecer* como sendo *ser*.

o telespectador ser bombardeado por notícias pesadas, ele, ao final do noticiário, tem a impressão de um “final feliz”. Esse efeito de sentido é construído pela organização das editorias do *Jornal Nacional*.

Gomes (2005) aponta o caráter fortemente conservador do *JN*: “é bastante conhecida a proximidade do Jornal Nacional e da própria Rede Globo com todos os governos” (Gomes, 2005:09). Os mediadores (apresentadores, repórteres e comentaristas) são a “cara” do telejornal. De acordo com essa autora, o *JN* empresta aos apresentadores “uma identidade forte, porém temporária”. Eles “representam e traduzem todo o sentido de tradição e conservadorismo do telejornal” (Gomes, 2005:10). Por 27 anos, Cid Moreira e Sérgio Chapelin ocuparam a bancada, dando lugar, posteriormente, a William Bonner e a Lilian Witte Fibe, que inauguraram uma mudança de conceito de jornalismo: “(...) os apresentadores, antes meros veículos, passaram a tomar para si o posto de ‘âncoras’ e a responder, também, pela editoria dos jornais” (Gomes, 2005:10). Sai Witte Fibe e entra em seu lugar Fátima Bernardes, formando com o marido Bonner o “casal celebridade do jornalismo brasileiro” (Porto *apud* Gomes, 2005:10):

“O exemplo de casal feliz, bonito e bem-sucedido é uma peça fundamental na composição do território limpo, discreto, quase asséptico do programa. Durante todo o jornal, Fátima e Bonner permanecem sentados em suas bancadas, quase não gesticulam e nem falam entre si. O casal não ‘chama a atenção’, porque ali o espaço de protagonista parece ser reservado apenas para a ‘notícia’” (Gomes, 2005:10).

Ressalta-se que os apresentadores, ainda que não explicitem suas opiniões verbalmente, assim como o faz o âncora Boris Casoy, emitem juízos de valor por meio de expressões faciais. Para Gomes (2005), isso os aproxima dos fatos, pois eles passam a vivê-los com o público.

### **1.3 O texto telejornalístico**

De acordo com Ribeiro (2004), “o texto do *Jornal Nacional*, apesar de manter um certo grau de formalidade, sempre buscou um tom coloquial e de fácil entendimento, se afastando da pomposidade, que até então

caracterizava o telejornalismo” (Ribeiro, 2004:62). Essa concepção de texto coloquial se baseia no fato de que os conceitos oralidade e escrita não são estanques e se interpenetram.

“A escrita é descontextualizada no sentido que não depende de uma situação de comunicação que incida diretamente sobre o ato de escrever no momento em que ocorre” (Pretti *apud* Rezende, 2000:55). Além disso, o ato de escrever é um trabalho planejado, submetido a regras gramaticais mais ou menos rígidas. A fala, por sua vez, implica interação face a face, uso de recursos anafóricos, interrupção de frases, variações entonacionais, elementos extralingüísticos, como a gesticulação etc. Sendo assim, o que mais caracteriza a fala é o imediato, ela é concebida para ser imediatamente recebida, nesse sentido, ela é menos planejada que a escrita e mais coloquial.

A linguagem do telejornalismo é, portanto, híbrida, pois pretende ser coloquial como a fala, mas precisa e clara como a escrita. “De intensidade variável conforme o gênero de programa (...) o ‘oral produzido’ ou ‘escrita oralizada’ é condição essencial para o êxito de espetáculo de tevê junto aos telespectadores. E os telejornais não são exceção” (Rezende, 2000:60).

Percebe-se, também, que o telejornalismo nacional destina-se a um telespectador médio. “Apesar de se dirigir a um vasto público, aparentemente sua linguagem parece mais voltada para uma classe média consumidora e não à grande maioria dos brasileiros” (Chrystus, 2002:71). Nota-se, então, que o “oral produzido” a que se referiu Rezende se reporta a um estrato em específico da sociedade. Outro ponto a se ressaltar é que o texto telejornalístico implica frases curtas e ordem direta (sujeito, verbo, objeto) para facilitar a compreensão.

Para Chrystus, trata-se de “um texto escrito para ser falado”, que precisa ter sintonia com a imagem. O texto não deve repetir o que mostra a imagem. Por mais que se dê valor à imagem, é “da interação de ambos – texto e imagem – que o produto televisivo sobrevive (...) o texto é o fio que liga, dá sentido, organiza” (Chrystus, 1999:71). Conclui-se, dessa maneira, que o texto telejornalístico é o resultado da mescla de elementos advindos das línguas escrita e falada, e trabalha de forma conjunta à imagem, de modo a constituir um sentido de maneira simples.

## 1.4 A padronização das pronúncias no *JN*

O ano de 1983 marcou a divisão do jornalismo da Rede Globo em dois setores: comunitário e de rede. A separação entre o jornalismo que era produzido localmente e o que era produzido para ser veiculado em cadeia nacional se baseou no fato de que a cobertura local tem pouco a ver com a cobertura nacional. Nessa época, foram criados os telejornais locais *RJTV*, *SPTV*, *MGTV*, *NETV* e *DFTV*, além do *Globo Cidade*.

De acordo com Ribeiro (2004), com a divisão entre jornalismo local e nacional, a capacitação e o aperfeiçoamento dos jornalistas passaram a ganhar importância. Profissionais de todas as praças passavam por um treinamento na sede da emissora, no Rio de Janeiro.

Nesta época, a Central de Afiliadas à Rede Globo criou o *Prodetaf* (Projeto de Desenvolvimento do Telejornalismo das Afiliadas), que objetivava “minimizar as distorções entre diferentes regiões do Brasil e criar um padrão de qualidade no telejornalismo de todas as emissoras da Rede Globo” (Ribeiro, 2004:123).

Por sua vez, a fonoaudióloga Glória Beuttenmüller fazia um trabalho de uniformização da fala de repórteres e apresentadores desde 1974. Beuttenmüller pretendia amenizar os sotaques regionais. Houve a definição de um padrão nacional, estabelecido de acordo com um congresso de filologia realizado em Salvador, em 1956, “no qual ficou acertado que a pronúncia-padrão do português falado no Brasil seria a do Rio de Janeiro, com algumas restrições. Os ‘esses’, não poderiam ser muito sibilantes e os ‘erres’ não poderiam ser muito arranhados, guturais” (Ribeiro, 2004:123).

Observa-se que houve um projeto explícito de padronizar as pronúncias do Brasil em uma que seria a padrão: a do Rio de Janeiro, com as exceções citadas acima. Tal projeto pretendeu dar uma unidade ao falar do telejornalismo da TV Globo. Essa padronização do falar está dentro de um projeto maior, que é a implementação do padrão Globo de Telejornalismo. Isso, como veremos no próximo capítulo, tem a ver com a formação de um outro projeto, que é o da construção da nação.

Em função de um padrão Global de qualidade e de uma suposta maior compreensibilidade, Beuttenmüller criou o falar-padrão da Rede Globo: um falar que não pertence, de fato, a nenhuma cidade do Brasil. Poder-se-ia denominar o falar do *Jornal Nacional*, o falar da “Via

Dutra”, do eixo Rio-São Paulo. Ou seja, um falar cujas características estão compreendidas entre os falares das cidades Rio de Janeiro (padrão estabelecido) e São Paulo (ausência de “esses” sibilantes, chiados, e de “erres” guturais).

Em relação à compreensibilidade, Beuttenmüller afirma: “Meu trabalho na Rede Globo (...) criou um padrão, embora muitos critiquem esse trabalho, alegando que todos falam igual na emissora. (...). Não anulei a pronúncia regional. Apenas tentei suavizá-la para haver maior compreensão nacional do noticiário” (*apud* Ribeiro: 2004,123). Se houve anulação completa da pronúncia regional, isso caberia a um trabalho no âmbito da Fonética, o que não é o objetivo deste estudo. No entanto, ainda que a pronúncia regional sobreviva ao falar-padrão do *Jornal Nacional*, a imposição desse padrão baseia-se, também, no argumento da compreensibilidade, quer dizer, atingir o maior número de pessoas possível. Porém, por que razão o falar do *JN*, portanto o falar com características da Região Sudeste, seria mais compreensível que o falar de outras regiões? O que faz com que o sotaque da região Sudeste seja compreensível, por essa perspectiva, e, em oposição, que o sotaque de outras regiões do Brasil não o seja?

Percebe-se que o argumento da compreensibilidade não se aplica de fato, pois está mais ligado a questões ideológicas que lingüísticas, quer dizer, adota-se o falar da região Sudeste pelo fato de ser mais prestigioso, já que não podemos partilhar com a idéia de sotaques mais ou menos compreensíveis sob o ponto de vista lingüístico. Assumir tal postura seria o mesmo que dizer que existem línguas ou variantes lingüísticas superiores ou mais corretas que outras.

Pretendeu-se mostrar, neste primeiro capítulo, como foi criado e em que contexto se desenvolveu o *Jornal Nacional*. Pôde-se perceber que a imposição de um falar-padrão se circunscreve a um projeto maior que é o Projeto de Desenvolvimento do Telejornalismo das Afiliadas, que começou na década de 80.

Deve-se ter claro que a adoção de um falar-padrão não implica ausência de sotaque desse falar. Este falar-padrão possui sotaque, já que sotaque são marcas de procedência do falante. Se se trata de um falar do eixo Rio-São Paulo, não se trata da inexistência de um sotaque, mas, do sotaque do eixo Rio-São Paulo.

Não podemos dizer que o sotaque do *JN* seja neutro, ou que não

exista sotaque. O sotaque que foi definido como padrão pelo telejornalismo da Rede Globo possui marcas, assim como qualquer outro. No entanto, convencionou-se a não perceber tal sotaque ou considerá-lo inexistente por fatores extralingüísticos, como históricos, sociais, políticos e ideológicos.

Stuart Hall defende a idéia de que os códigos são profundamente naturalizados: “isso produz o efeito ideológico de encobrir as práticas de codificação presentes” (Hall, 393:2003). Significa dizer que nem o uso de um falar específico é feito ao acaso. O modo de falar da região Sudeste foi adotado pela mídia e isso já foi naturalizado, tomado como não-sotaque, entretanto, questiona-se por que razão o falar da mídia e do *JN* não se aproxima ao falar da região Norte, Nordeste ou Sul do país. Deve-se questionar, inclusive, a idéia de compreensibilidade e tentar observar o que precede tais argumentos e, mais ainda, analisar as implicações desse falar naturalizado, codificado, mas de forma alguma neutro.



## Capítulo 2

# *Jornal Nacional*, o Jornal da Nação

O *Jornal Nacional*, já pelo nome, traz uma carga semântica muito forte: morfologicamente, *nacional* é um adjetivo substituível pela locução adjetiva *da nação*. Portanto, o *Jornal Nacional* apresenta-se, *a priori*, como o *Jornal da Nação*, como o meio de comunicação da nação brasileira por excelência, aquele que é presente em todo o território brasileiro. Essa presença refere-se tanto à audiência (haja vista o número de emissoras da Rede Globo espalhadas pelo país) quanto à cobertura jornalística, já que há repórteres presentes em todas as regiões do Brasil<sup>1</sup>.

“A vocação de ser um ‘telejornal da nação’ parece estar ancorada, principalmente, na exploração da diversidade de regiões e territórios e marcada pela presença de diferentes repórteres. Aqui entra em jogo a pretensão de ‘cobrir’ o país e ‘integrar’ os diferentes estados através da notícia”<sup>2</sup> (Gomes, 2005:10-11).

É válido, neste momento, refletirmos um pouco sobre o significado de *nação* em diversos momentos históricos para pensarmos o projeto

---

<sup>1</sup> “Principal empresa das Organizações Globo - o maior grupo de mídia, comunicações e entretenimento da América Latina -, a Rede Globo cobre a totalidade do território brasileiro, através de suas 118 Emissoras e Afiliadas: atingimos 5.445 municípios, com público estimado de 178 milhões de telespectadores. É a maior rede de televisão do Brasil.” Segundo o site: <http://estagiar.globo.com/index1.jsp>

<sup>2</sup> Objetivo do Jornal Nacional, segundo o site da emissora (<http://jornalnacional.globo.com>).

do *Jornal Nacional* na atualidade, por meio do objeto desta monografia: o falar deste noticiário. Segundo Bobbio, não obstante o conteúdo semântico de *nação* possuir uma “imensa força emocional” (Bobbio, 1986:796), o termo permanece, ainda, entre os mais confusos e incertos do vocabulário político. Nosso objetivo é, portanto, questionar o sentido de *nação*, pois, assim, poder-se-á pensar um telejornal, que carrega em seu nome o peso dessa palavra.

## 2.1 Origens da nação

A idéia de nação remonta à Revolução Francesa e foi resultado da fusão entre Nação e Estado. A historiografia ocidental, entre os anos de 1848 e 1870, girava em torno da criação de uma Europa e de Estados-nações e o “princípio da nacionalidade” era, segundo Hobsbawm (2001), um forte fator de agregamento. Neste momento, os países afirmam seus direitos de serem Estados independentes e unidos. A França independente retorna à imagem de “grande nação” sob o comando de Napoleão Bonaparte; a Alemanha e Itália se unificam sob os reinos de Prússia e Savóia. Fora da Europa, o contexto era semelhante: a Guerra Civil Americana, nos Estados Unidos, era claramente um projeto imbuído do princípio da nacionalidade. “A nação era dada como coisa óbvia”, afirma Hobsbawm (2001:127). Acreditava-se, na época da construção das nações, que a identidade coletiva era uma construção resultante de um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da nação, que por sua vez era definida pela sua história, cultura comum, composição étnica e uma língua própria. No entanto, para Hobsbawm, “não há nada de lógico nessa implicação” (2001:128). Se existem grupos que se diferenciam de outros por uma variedade de critérios, tais critérios não são óbvios, mas arbitrários e circunscritos ao momento histórico no qual se formaram as nações.

Nessa lógica, na Idade Média, por exemplo, uma pessoa deveria se sentir, primeiramente, um cristão, depois um borgonhês e, somente em terceiro lugar, um francês. A ordem das lealdades só foi alterada depois da emergência do fenômeno nacional. A partir de então, a lealdade à nação passou a ser maior que qualquer outro sentimento de pertença.

Como mencionado, as aspirações de formar Estados-nações são fruto

da Revolução Francesa, quando essas eram construídas e afirmadas por meio de critérios políticos, história institucional ou história cultural dos letrados. Assim, as nações, como França, Inglaterra ou Espanha, possuíam Estados identificados como franceses, ingleses... (critério político). A Alemanha era nação porque seus principados já haviam constituído o “Sacro Império Romano da Nação Germânica” (critério histórico). A Itália apesar de nunca ter sido uma entidade política, possuía a mais antiga cultura literária (critério literário).

Para Hobsbawm, mais forte que esses critérios é o argumento ideológico, que “se apoiava no fato de que o que quer que a história e a cultura pudessem dizer, os irlandeses eram irlandeses e não ingleses; os tchecos eram tchecos e não alemães (...) e nenhum povo deveria ser explorado ou dirigido por outro” (Hobsbawm, 2001:129). E tais argumentos históricos poderiam ser encontrados ou inventados para corroborar essa retórica.

Os defensores da idéia Estado-nação entendiam a nação como, além de “nacional”, “progressista”, quer dizer, capaz de desenvolver uma economia, tecnologia, organização de Estado e força militar viáveis. A nação, dessa maneira, “acabava sendo a unidade natural do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista” (Hobsbawm, 2001:130).

De acordo com Hobsbawm, Giuseppe Mazzini, defensor da “Europa das nacionalidades”, propôs um mapa, em 1857, de uma Europa “ideal”. Sua Europa consistia em 26 ou 27 (incluindo a Irlanda) Estados soberanos. Para Mazzini, as nações pequenas deveriam ser integradas aos Estados-nações viáveis. Diante das aspirações nacionais dos povos pequenos, os ideólogos de uma “Europa nacional” preferiam reduzir tais povos a movimentos de autonomia regional. Segundo Hobsbawm, havia uma diferença fundamental entre o movimento para fundar Estados-nações e “nacionalismo”: “o primeiro era um programa para construir um artifício político que dizia basear-se no segundo” (Hobsbawm, 2001:129). Portanto, é o nacionalismo que precede a nação e não o contrário. A fase em que se engendram as nações termina entre 1848 e a década de 1860, na Europa central, ocidental e setentrional, embora muitos povos bálticos e eslavos estivessem apenas começando a conhecê-la.

Para Bobbio, a superação da forma de poder político dos atuais

Estados-nacionais implica a desmistificação da idéia de Nação. Existe uma tendência de organização do poder político em níveis continentais e conforme modelos federativos. Para este autor, os Estados-nacionais teriam o seu fim previsto e, em seu lugar, viriam os grandes espaços políticos federativos. A União Européia é um exemplo de um grande espaço dessa ordem. Neste novo contexto internacional, rebrotariam as nacionalidades espontâneas que o Estado-nacional abafara por muito tempo...

## 2.2 Nação e ideologia

Norberto Bobbio enumera três conceitos de *nação*. O primeiro é a nação concebida “como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos – ou pelo menos existentes *ab immemorabili*” (Bobbio, 1986:796). O problema deste conceito, para ele, é a dificuldade de se identificar a natureza de tais laços ou, pelos menos, identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, de forma independente da natureza dos laços que determinam tal nação. Ademais, a idéia de “laços naturais” sugere a idéia de raça. Sabe-se que o termo *raça* não permite a identificação de grupos que possuem limites definidos; critérios raciais variam a cada pesquisa antropológica, de acordo com Bobbio, e de maneira nenhuma esse critério de “sangue” coincide com as nações modernas.

Um segundo conceito oferecido por este autor é nação como um “organismo vivo”, que vive uma vida diferente da dos seres que a compõem. O conjunto de seres que fazem parte dessa nação coincidiria em determinadas características como língua, costumes, religião, território. No entanto, um argumento que invalidaria tal pensamento é o fato de que as características citadas não se circunscrevem a fronteiras políticas.

A terceira concepção de *nação*, por Bobbio, traz um conceito elaborado por Ernest Renan, segundo o qual, a nação é a “vontade de viver juntos”. Para Renan, o que caracteriza as nações é a fusão das populações que as compõem. Tal fusão se dá em parte pelo esquecimento, pois “a unidade sempre se faz de forma brutal” (Renan, 1999:147). Os cidadãos franceses devem esquecer, por exemplo, os extermínios e o ter-

ror que resultaram na união da França do Norte e a do *Midi*, no século XVIII e o episódio da Noite de São Bartolomeu, em que milhares de protestantes franceses foram massacrados por reis católicos, no século XVI. Por isso, para que se aceite viver juntos, compondo uma mesma nação, é preciso esquecer as diferenças do passado e perceber-se como cidadãos formadores dela. Esse laço a que se refere Renan “tem um princípio espiritual”, que se encontra no passado e no presente. O do passado seria um legado de boas lembranças, e o princípio de presente refere-se à vontade de viver juntos. Para Renan, a nação é uma “grande solidariedade, constituída pelo sentimento de sacrifícios (...) é o desejo expresso de continuar a vida em comum” (Renan, 1999:159). Para Bobbio, no entanto, o conceito de nação para Renan criaria um problema, pois ele se funda na adesão voluntária, como se a nação fosse formada espontaneamente.

Hobsbawm salienta que as nações não se formam por crescimento espontâneo, mas são da natureza de um artefato. Ele afirma que “[a nação] era historicamente nova, embora incorporasse características que membros de grupos humanos muito antigos tinham ou pensavam ter em comum, ou aquilo que os unia contra os ‘estrangeiros’”. (Hobsbawm, 2001:142). As nações precisavam, assim, ser construídas. As instituições, como a escola, tiveram, pois, neste contexto, importância fundamental de impor a uniformidade nacional. Somente através das instituições, a “língua nacional” podia transformar-se em língua escrita e falada pelo povo. A imprensa só podia transformar-se em tal, quando a massa alfabetizada na linguagem padrão fosse criada. É justamente essa massa que vai se tornar a comunidade virtual de leitores imaginada por Benedict Anderson.

Para Anderson (2005), a nação é uma comunidade política imaginada. Essa idéia baseia-se no fato de que nem mesmo os membros que compõem a nação conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem mesmo vão ouvir falar deles, mesmo que na mente de cada um esteja viva a “imagem dessa comunhão” (Anderson, 2005:14). Para este pensador, além de a nação ser uma comunidade imaginada, ela é limitada e soberana. Isso porque mesmo as maiores nações têm fronteiras definidas e sua soberania resulta de conceitos advindos do Iluminismo. A nação de Anderson é imaginada como comunidade, porque “sem se considerar a desigualdade e a exploração que atualmente prevalecem

em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal” (Anderson, 2005:15). Mesmo que os membros de uma nação só conheçam um número ínfimo de compatriotas, muitos matam e morrem por essa comunhão imaginada.

De acordo com Anderson, a era da reprodução mecânica de livros e o desenvolvimento da imprensa foram fundamentais para a sedimentação da idéia de nação como comunidades imaginadas, pois a literatura e a imprensa trabalham no sentido de legitimar tais comunidades. Hoje em dia, o telejornal, muito mais que a literatura ou o jornal impresso, cumpre esse papel. Dessa maneira, podemos pensar que o *Jornal Nacional* funciona como um elemento que corrobora a idéia de *comunidades imaginadas*, pois alimenta essa idéia de “companheirismo profundo e horizontal”.

Bobbio remonta à idéia de M. Albertini, segundo a qual, “a presença da entidade nação se evidencia no comportamento observável dos indivíduos, isto é, na identificação de um ‘comportamento nacional’” (Bobbio, 1986:797). Tal comportamento é de fidelidade em relação a entidades como “França”, “Alemanha”, “Itália” etc. Essa fidelidade, por sua vez, não se restringe ao Estado, mas implica outros valores como motivação autônoma. Portanto, ser francês é, ao mesmo tempo, o sentimento de pertencer ao Estado francês, mas também é pertencer a uma entidade pensada como “uma realidade social orgânica”, na qual a caracterização de “francês” prevalece sobre caracterização de “burguês” ou “proletário”. Para Bobbio, esta caracterização deforma “o quadro natural de referências de inúmeros comportamentos cognitivos e valorativos” (Bobbio, 1986:797), introduzindo uma representação falsa.

De acordo com este autor, a idéia de nação consiste em uma entidade ilusória, que não corresponde grupo algum que se possa identificar concretamente. Bobbio afirma que procurar nos indivíduos, mediante referenciais subjetivos, o que vem a ser “sentimento nacional” leva a esta entidade ilusória. “Tal fato permite afirmar que a Nação não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo da mente dos indivíduos de uma situação de poder” (Bobbio, 1986:797). Assim, a nação pode ser vista como resultado de um trabalho ideológico de um determinado tipo de Estado, a quem se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que ele suscita e mantém.

A função da idéia de nação, de acordo com Bobbio (1986), é a de

criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado. A idéia de laços naturais profundos surge como elemento fundamental que justifica tal fidelidade. No entanto, inclusive esta idéia foi criada, a partir de alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea, de modo que se impôs a todos os cidadãos características comuns em detrimento de nacionalidades espontâneas menores. O paradoxo do nacionalismo foi que, ao formar sua própria nação, criaram-se contra-nacionalismos, para aqueles que, a partir de então, foram forçados à escolha entre a assimilação da cultura de um grupo ou ver-se como um grupo considerado inferior, afirma Hobsbawm.

### **2.3 Tradições inventadas**

O surgimento do sentimento nacional a que se refere Bobbio (1986) só foi possível com uma conjuntura favorável, proporcionada principalmente pela Revolução Industrial. A partir dela, criaram-se mercados de dimensões nacionais e ligou-se ao Estado um conjunto de comportamentos econômicos, políticos, administrativos e jurídicos que, até então, funcionavam de forma independente. Estas seriam as condições externas que possibilitaram o surgimento do sentimento nacional. No entanto, não seriam condições suficientes se não fosse o sentimento íntimo da personalidade e afinidade básica de um grupo – “ligação essa que não pode ser provocada unicamente pela evolução do sistema de produção” (Bobbio, 1986:798). Portanto, percebem-se dois movimentos que possibilitaram a formação das nações: um externo, de ordem econômica, e outro de caráter interno, através do qual indivíduos reconheceram e/ou formaram laços identitários com seus pares.

Para Hobsbawm (1996), muitas instituições políticas e movimentos ideológicos, como o nacionalismo, lançaram mão da invenção de tradições para forjar um passado histórico longínquo. Além disso, para este historiador, foram criados símbolos e acessórios dos Estados-nacionais, como o hino nacional, a bandeira nacional ou a personificação da Nação por meio de imagens ou símbolos oficiais, como Marianne, na França, ou Germânia, da Alemanha, ou não-oficiais como o Tio Sam, dos EUA. O historiador E. Hobsbawm entende *tradições inventadas* como:

“um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólicas visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado, (...) um momento histórico apropriado” (Hobsbawm , 1996:09).

De acordo com Trevor-Roper (1997), um exemplo de *tradições inventadas* é o saio escocês. A invenção dos *kilts* pertence à invenção das tradições montanhesas, das Terras Altas (*Highlands*). Um dos maiores símbolos da Escócia, o *kilt* é feito por um tecido axadrezado (*tartan*) cuja cor e padrão indicam o clã de pertencimento. Na verdade, essa tradição não tem nada de imemorial e foi inventada por um inglês, muito tempo depois da união da Escócia com a Inglaterra, em 1707. Os *tartans* dos clãs foram uma invenção mais recente ainda, que se deve a outro inglês, Sir Walter Scott e antecedeu a visita do rei da Inglaterra àquele país. De acordo com Trevor-Roper, a capital da Escócia foi “tartanizada” para receber o rei inglês. Antes da união, essa vestimenta existia de forma rudimentar e era vista como indício de barbarismo. Hoje em dia, o *kilt* é usado como uma peça tribal, mas teve sua origem inventada.

A continuidade que as tradições inventadas pretendem estabelecer com o passado se caracteriza por se realizar de maneira artificial, assim como no caso dos *kilts*. Para Hobsbawm, tradições são inventadas quando ocorrem transformações suficientemente rápidas e amplas, como foi o caso da formação das nações; quer dizer, novos territórios se organizavam de novas formas política e econômica e, muitas vezes, tais nações não possuíam uma ligação com um passado imemorial. Eram, então, inventadas tradições nas quais pudesse repousar confortavelmente o nome da nova nação. Uma característica das tradições inventadas são as que “estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais” (Hobsbawm, 1996:17). Podemos concluir que as tradições inventadas utilizam a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão social. Desse modo, as nações que, contraditoriamente, afirmam ser o oposto do novo, o oposto do construído, possuem, na verdade, um passado recente de componentes construídos.

## 2.4 Nação, projeto ideológico excludente

Uma vez que a idéia de *nação* é fruto da Revolução Francesa e que ela só pôde se efetivar graças ao desenvolvimento econômico proporcionado pela Revolução Industrial e pelo ideário nacionalista, para autores como Bobbio, não há dúvidas de que se trata da união de uma ideologia com um tipo de estado. Este autor resgata um conceito de *nação* dado por Albertini, segundo o qual, “a Nação seria a ideologia de um estado burocrático centralizado” (Bobbio, 1986:798).

Já para Bhabha (1998), a idéia de *nação* revela um processo bem mais complexo que a emanação de poder. Ele propõe que o povo de uma *nação* é formado por uma temporalidade dupla. *Nação* é para ele:

“(...) uma forma de vida que é mais complexa que ‘comunidade’, mas simbólica que ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que *patrie*, mais retórica que a razão de Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que o ‘sujeito’, mais psíquica do que a civilidade, mais híbrida na articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social” (Bhabha, 1998:199).

A construção de nacionalidade, para este pensador, é uma forma de afiliação social e textual. *Povo* e *nação* são construções discursivas, narrativas sociais e literárias, das quais os indivíduos são sujeitos e objetos incluídos por meio de estratégias de identificação cultural.

Para Bhabha, o espaço do povo da *nação* moderna não é horizontal. O movimento metafórico da *nação* implica um tipo de “duplicidade” de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais. A apreensão do tempo duplo e cindido da representação nacional questiona a visão homogênea e horizontal associada à comunidade imaginada da *nação*.

O conceito de *povo* surge de uma série de discursos com tal movimento narrativo duplo. “O conceito de *povo* não se refere simplesmente a eventos históricos ou componentes de um corpo político e patriótico. Ele também é uma complexa estratégia retórica de referência social” (Bhabha, 1998:206). Existe, portanto, um território conceitual disputado, no qual o povo deve ser pensado em um tempo duplo. O *povo*

consiste em objetos históricos de uma pedagogia nacionalista que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou construída no passado. O outro conceito para *povo* o toma como sujeitos de um processo de significação, que se desfaz das lembranças do passado para se afirmar como algo contemporâneo, sujeitos que se constroem através de um processo reprodutivo.

O produto da nação seria, então, o embate entre esses dois conceitos de *povo*. Para este autor, o povo não é nem o princípio e nem o fim da narrativa nacional; o povo representa o limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea e as forças que vão em direção oposta a isto, quer dizer, as minorias, as diferenças, aquilo que é tido como *outro*. A sedimentação histórica constrói o processo de identidade, e isso possui um caráter pedagógico. Por outro lado, a perda da identidade no processo de significação da identificação cultural tem, para Bhabha, um caráter performativo.

Ele questiona a “metáfora progressista da coesão moderna”, que trata gênero, classe ou raça como totalidades sociais. O discurso da nação pensada como *muitos como um* é insustentável, uma vez que, o povo não se caracteriza pela homogeneidade, mas pela diferença. Bhabha chama essa concepção de *interrupção metonímica*, quer dizer, já não se pode mais tomar um pelo todo. A mudança de perspectiva em relação à nação surge do reconhecimento da interpelação interrompida da nação articulada pela tensão entre um objeto pedagógico e sujeito performativo. Quer dizer, por um lado, significar o povo como uma presença histórica, *a priori*, e, por outro, construir o povo na *performance* da narrativa, seu presente enunciativo, marcado na repetição e pulsação do signo nacional.

O pedagógico funda sua autoridade narrativa em uma tradição do povo, dentro de uma sucessão de momentos históricos que representa uma eternidade produzida por “autogeração”. O performativo, por sua vez, intervém na soberania da “autogeração” da nação, pois lança uma sombra entre o povo como imagem e sua significação como signo diferenciador do “Eu, distinto do Outro ou do Exterior”.

O performativo produz, então, a temporalidade do entre-lugar e desestabiliza o significado do povo como homogêneo. Para Bhabha, as nações não são simplesmente diferentes uma das outras, mas o povo de cada uma é necessariamente heterogêneo. Por isso, a nação não pode

ser concebida como um estado de equilíbrio entre diversos elementos coordenados por uma “lei boa”.

“A liminaridade do povo – sua inscrição dupla como objeto pedagógico e sujeito performativo – demanda um ‘tempo’ de narrativa que é recusado no discurso do historicismo, no qual a narrativa é somente a agência do acontecimento ou o meio de uma continuidade naturalista da Comunidade ou da Tradição” (Bhabha, 1998:214).

As fronteiras da nação, de acordo com Kristeva (*apud* Bhabha), deparam-se constantemente com uma temporalidade dupla: o processo de identidade construído pela sedimentação histórica (o pedagógico) e o processo de significação de identificação cultural (performativo).

É desse movimento liminar da cultura da nação que emerge o discurso da minoria. “A minoria não confronta simplesmente o pedagógico (...) com um referente contraditório ou de negação. Ela interroga seu objeto” (Bhabha, 1998:219). O discurso da minoria pretende uma renegociação de termos e tradições impostas pelo pedagógico. Esse discurso vai contra a homogeneidade cultural e não pretende “esquecer a Noite de São Bartolomeu”, assim como propôs Renan, mas renegociar seu lugar como parte formadora da nação. Para Bhabha, os discursos da minoria falam em um espaço intermediário – entre espaços e lugares.

A violência empreendida no estabelecimento da nação não deve ser esquecida, pelo contrário. Segundo Bhabha, “ser obrigado a esquecer se torna base para recordar a nação” (Bhabha, 1998:226). É esse não-esquecimento que constitui o começo da narrativa da nação contemporânea.

Para que fossem formadas as nações, muitos grupos tiveram que ser abafados ou assimilar a cultura do outro. As nações, dessa maneira, são projetos excludentes em relação à cultura do mais fraco, àquilo que é considerado diferente, não-padrão. Nelas, a alteridade está sempre parcamente representada, estereotipada ou até mesmo não representada. O discurso das minorias, portanto, vem em direção contrária à força pedagógica do Estado e rompe com a idéia metonímica de nação e exige uma renegociação de lugar.

## 2.5 O falar e a nação

Aqui, voltamos ao tema central desta monografia: o falar do *Jornal Nacional*. Não poderíamos, então, falar de *Jornal Nacional* sem falar de nação. Não poderíamos deixar de falar que a nação é um projeto ideológico excludente para percebermos que esse telejornal, assim como a mídia, faz parte da construção e manutenção deste projeto.

Poder-se-ia questionar o que um sotaque ou um falar tem a ver com a construção de um projeto chamado nação. A nação é um projeto ideológico de um estado burocrático centralizado, excludente em relação à cultura de menor prestígio. O falar se inclui nesse rol de elementos indesejáveis. Se é instituída uma língua para representar cada nação, institui-se, também, um falar padrão, um falar de prestígio. Este falar provém de uma região também prestigiada, tanto por fatores históricos quanto econômicos, sociais e políticos.

No caso brasileiro, observa-se que o falar de prestígio assemelha-se ao falar da região Sudeste. A mídia, como parte da construção da nação, é também excludente e elege um falar padrão. De acordo com o estudo de Ramos (1997), quanto mais próximo do Sudeste, mais os falantes sentem ser sua fala a da mídia e que esta tem “um papel de força reconhecidamente padronizadora” (Ramos, 1997:112). A mídia e o *Jornal Nacional* reproduzem um falar de prestígio, de uma região localizada. Sendo assim, percebe-se o papel desse veículo como instrumento ideológico a serviço do poder político, em prol da manutenção de um projeto chamado *nação*.

## Capítulo 3

### Sotaque e língua padrão

Vimos que a mídia reproduz um falar de uma região específica e que isso faz parte do projeto, que é excludente, de formação e manutenção das nações. Abordaremos agora aspectos relacionados ao falar do telejornal e, para isso, recorreremos à sociolingüística, ramo da lingüística que estuda as relações entre língua e sociedade. O objetivo deste capítulo é resgatar alguns conceitos estabelecidos por essa área do conhecimento, de modo que isso venha nos dar suporte teórico por estarmos lidando com um tema que, usualmente, é estudado pela lingüística.

Para Langacker (1980), as línguas são fundamentalmente caracterizadas pela diversidade. “A diversidade lingüística existe porque as línguas são aprendidas e usadas e porque o aprendizado de uma língua são processos criativos que compreendem um sistema extremamente complexo” (Langacker,1980:60). A despeito de tais fatores, que tendem a diversificar as línguas, para esse autor existem tendências padronizadoras, quer dizer, forças que agem na direção oposta. Para ele, “o prestígio talvez seja o motivo mais poderoso” (Langacker,1980:62) como tendência padronizadora de uma língua. Ele afirma:

“a maneira de falar de pessoas proeminentes e admiradas é frequentemente adotada como padrão ou modelo, embora não haja razão para crer-se ter qualquer dialeto<sup>1</sup> de uma língua mai-

---

<sup>1</sup> Entendemos que a mesma lógica vale no que se refere ao sotaque, quer dizer, existem aqueles de maior prestígio e os que são estigmatizados, mesmo que tais valorações sejam arbitrárias e pertencentes a um momento histórico determinado.

ores méritos intrínsecos do que outros. Algumas vezes o dialeto de determinada região ou classe social adquire prestígio especial para toda a comunidade ou nação.” (Langacker,1980:62)

Para o sociólogo Gabriel Tarde (1992), a imitação é o princípio que constitui as comunidades humanas e, depois da Revolução Industrial, observou-se maior aproximação cultural, devido a esse princípio. Antes, as comunidades eram isoladas e havia, inclusive no seu interior, diferenciações entre pronúncias. “Abandonadas a si mesmas, tais unidades de culturas específicas eram menos propensas a se transformar (...). A modernidade põe fim ao reinado absoluto do imobilismo” (Reynié *apud* Tarde, 1992:08). Para este autor, a partir do século XIX, cada sociedade tende a homogeneizar-se: “as cidades e as pronúncias assemelham-se, assim como os valores, os gostos e a língua” (Reynié *apud* Tarde, 1992:08).

Segundo Romaine (1994), o processo de padronização das línguas está relacionado a fatores nacionais, literatura e identidades culturais e étnicas. Esse processo seleciona e fixa uma norma uniforme de uso, ou seja, aquela que está presente nos dicionários, nas gramáticas e a que é ensinada: a língua padrão.

Uma língua padrão possui pelo menos três níveis de organização: uma sintaxe, uma gramática e um vocabulário. Se é dito “os menino foi tudo”, o desvio da língua padrão, neste caso, é de gramática. Se, no entanto, a pronúncia do R da palavra “porta” for o R caipira (retroflexo), neste caso, o desvio da língua padrão será de ordem fonológica, já que essa não é considerada a pronúncia padrão. A língua, portanto, se estrutura em vários níveis e cada qual possui seu padrão – escolhido de forma arbitrária (falaremos mais sobre isso adiante) – e, por contraste, aquilo que é considerado não-padrão.

Para Halliday (1974), “o aparecimento de uma língua padrão dá origem ao fenômeno do ‘sotaque’, que é muito diferente do dialeto<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O que diferencia um sotaque de um dialeto é que o primeiro apresenta diferenças fundamentalmente fonológicas e ortográficas, ao passo que, no segundo, essas diferenças ocorrem em outros níveis da organização da linguagem. Para o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o dialeto é um “conjunto de marcas lingüísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a dada comunidade de fala inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua.” (HOUAISS, 2001:1031).

” (Halliday, 1974:108). O sotaque, portanto, só existe porque há o falar padrão; ele reside na alteridade, nesse sentido, o sotaque é a instância do outro, aquilo que é externo e diferente da instância do eu.

Romaine afirma: “*people have strong views on accent, including the idea that is always others who have accents and never themselves.*”<sup>3</sup> (Romaine, 1994:18) Para esta autora, é impossível falar alguma variedade sem algum sotaque. O sotaque padrão não é escolhido aleatoriamente e a escolha dele sempre se relaciona a questões mais sociais, políticas e econômicas que meramente lingüísticas. Romaine afirma que as pessoas são mais favoráveis aos sotaques das áreas urbanas da Inglaterra que aos de áreas rurais. Esse julgamento, segundo a autora, reflete as visões acerca do urbano *versus* o rural, e mostra que o sotaque está inerente ao lugar de onde cada um provém.

A variante lingüística de prestígio na Inglaterra é o RP (*Received Pronunciation*) ou, como é também conhecida, *BBC English*. Assim como na Inglaterra, em muitos países, a mídia reproduz o sotaque padrão. Na França, a mídia reproduz o francês parisiense porque esse é o falar padrão; em Portugal, é falado, na mídia, o sotaque lisboeta pelo mesmo motivo.

Para Milroy (1999), o processo de padronização por que passam as línguas, inclusive no que se refere à padronização de um sotaque (pronúncia), é motivado por razões sociais, políticas e comerciais, o que significa dizer que esse processo é ideológico. Ele sugere que a padronização é a supressão da variação opcional dos níveis da linguagem, tais como pronúncia, gramática e léxico.

Deve-se ter claro que a língua padrão é mais uma variante e foi fixada como tal por fatores não lingüísticos. Halliday afirma que “em essência, qualquer língua é tão boa quanto qualquer outra, no sentido de que toda língua é igualmente adaptada aos usos que a comunidade faz dela. Não existe coisa que se chame ‘língua primitiva’” (Halliday, 1974:124). Não existe, portanto, uma língua superior, uma língua melhor, uma língua mais bonita. O mesmo raciocínio vale no que diz respeito à pronúncia padrão e a suas variantes: tais diferenças não configuram erros, são, simplesmente, desvios de critérios escolhidos arbitrariamente.

<sup>3</sup> *As pessoas têm muitos pontos de vista sobre o sotaque, inclusive a idéia de que é sempre os outros que têm sotaque e não elas mesmas* (tradução nossa).

O que faz com que se pense que o sotaque padrão seja melhor, mais compreensível e mais bonito é o fato de que ele evidencia a região de procedência do falante, nesse sentido, o sotaque é o reflexo da imagem que se tem desses lugares.

Assim sendo, quando a mídia de diversas partes do mundo, inclusive a do Brasil, reproduz um sotaque padrão, mostra-se um falar de prestígio. No entanto, contrariamente a que muitos podem pensar, a mídia influencia bem menos a maneira de falar do que se pode supor. Há estudos (Milroy, 1999) que indicam que, pelo menos na língua inglesa, a suspeita de os meios de comunicação padronizarem a língua e dar-lhe mais uniformidade não se confirma. Milroy cita o trabalho de Rogers e Shoemaker, que afirma que canais pessoais são muito mais influentes que os de *mass media* no que se refere a persuadir pessoas para que essas adotem inovações.

A relação que as pessoas estabelecem com o sotaque da mídia, mais especificamente com o do *JN*, será tema de um capítulo da segunda parte desta monografia, no qual realizaremos um estudo de recepção. Por agora, vale observar que o estudo citado por Milroy corrobora a idéia que se trabalha hoje nas teorias da comunicação, quer dizer, a de um receptor ativo, em quem a mídia exerce um poder menos significativo do que se pensava.

No capítulo anterior, fizemos um percurso no sentido de descobrir o que vem a ser nação: um projeto ideológico e necessariamente excludente. Neste capítulo, pudemos perceber que a língua se constitui em alguns níveis, dentre os quais o nível fonológico, ou seja, os sons das palavras. Dentro deste nível existe o que é chamado de pronúncia padrão e tal pronúncia é escolhida não por fatores lingüísticos, mas ideológicos. A mídia de vários países reproduz um falar de prestígio e o mesmo faz o *Jornal Nacional*. Ao se reproduzir um falar de prestígio, entra-se em confluência com o projeto da nação, que abafa as diferenças e sugere uma identidade em parte ilusória.

## Capítulo 4

### Ideologia e plano da expressão

Nos capítulos anteriores, lidamos frequentemente com ideologia, tanto como legitimadora e formadora da nação quanto pelo fato de a escolha de um falar padrão depender muito mais de outros aspectos que não apenas os lingüísticos. Percebe-se, portanto, que o conceito de ideologia vem perpassando esta monografia, tornando-se necessário definir o termo. Na seqüência, argumentar-se-á por que o falar do *Jornal Nacional* é ideológico. Para isso, recorreremos à teoria do lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev (1899-1965), da Escola de Copenhague. Inicialmente, pode-se dizer que sua teoria é muito útil para pensar a forma da língua (plano da expressão), de que modo ela é influenciada pela ideologia e, assim, tocarmos o cerne da primeira parte desta monografia. Percorrer-se-á o trajeto da ideologia, para, depois, chegar-se à linguagem.

De acordo com Chauí (2001), o termo ideologia foi utilizado primeiramente pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1801, no livro *Eléments d'Idéologie (Elementos da Ideologia)*. Tracy pretendia elaborar uma nova ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais. Ele elaborou uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação das seguintes idéias: vontade, razão, percepção e memória. O grupo de pensadores do qual fazia parte Destutt de Tracy ficou conhecido como ideólogos franceses. Eram críticos de toda explicação sobre uma origem invisível e espiritual das idéias humanas e eram contrários ao absolutismo da época. O sentido de *ideologia* empregado

pelos ideólogos franceses é de uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das idéias calcadas pelo real.

O termo *ideologia* voltou a ser empregado pelo filósofo positivista Auguste Comte, em seu *Curso de Filosofia Positiva*. Comte adota uma perspectiva parecida com a dos ideólogos franceses, isto é, a ideologia continua sendo uma atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações. No entanto, para os positivistas, a ideologia também era o conjunto de idéias de uma época, tanto como opinião geral quanto no sentido da elaboração teórica dos pensadores dessa época. Assim, ideologia, aqui, é entendida como organização sistemática de todos os conhecimentos científicos.

*Ideologia* volta a ser utilizada pelo sociólogo francês Émile Durkheim, no capítulo II do livro *As regras do método sociológico*. Para este sociólogo, que tinha a intenção de criar a sociologia como ciência, ideologia era todo o conhecimento da sociedade que não respeitasse aos critérios de objetividade, ou seja, era tudo que se interpusesse no caminho de uma ciência objetiva. Para ele, pré-conceitos e pré-noções tinham caráter ideológico, pois interfeririam nos princípios metodológicos da sociologia como ciência.

Por último, o termo *ideologia* foi ressignificado por Karl Marx por não separar a produção das idéias das condições sociais e históricas nas quais são produzidas. Para ele, a ideologia é a falsa consciência das relações de domínio entre classes e traz consigo a noção de falsidade: nesse sentido, ideologia desempenha o papel de falsa crença.

## 4.1 Significado forte de ideologia

O termo *ideologia* é usado nas linguagens política, prática, sociológica e político-científica com muita frequência e com uma gama de significados. Norberto Bobbio (1996) propôs a divisão desses vários significados atribuídos ao termo em duas tendências: significado forte e significado fraco. O significado forte tem origem no conceito de ideologia de Marx.

Para Marx, o termo ideologia está intimamente relacionado a uma

sociedade dividida em classes. A ideologia seria o que mascara a realidade social e permite a legitimação da exploração de uma classe pela outra. A dialética marxista é materialista porque, para esse pensador, a matéria são as relações sociais entendidas como relações de produção, quer dizer, o modo como os homens produzem e reproduzem essas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam as relações. As classes sociais, nessa perspectiva, não são coisas nem idéias, mas relações sociais determinadas pelo modo como os homens se dividem no trabalho, ou seja, proprietários e não-proprietários.

Desse modo, o trabalhador alienado não se reconhece no produto de seu trabalho porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições de trabalho. Para Marx, o trabalhador passa a ser denominado como força de trabalho que é pago pelo salário. O produto passa a ser mercadoria que possui um preço e o proprietário das condições de trabalho passa a ter o capital e a capacidade de ter lucro. Desse modo, explica-se, *grosso modo*, a teoria marxista, segundo a qual, o trabalhador é explorado, pois seu trabalho não-pago (mais valia) é o que mantém a existência do capital e do capitalista.

A forma inicial de consciência, para Marx, é a alienação, pois o homem não se percebe como produtor da sociedade. A ideologia seria uma venda que impedisse os homens de perceber a realidade assim como ela realmente existe. Dessa maneira, para Chauí, de acordo com a perspectiva marxista,

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e sociais. (...) A função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social.” (Chauí, 2001:108-109)

A partir dessa citação, salienta-se, portanto que o conceito de *ideologia*, para Marx, vincula-se necessariamente a uma sociedade dividida em classes, ou seja, dividida entre trabalhadores e proprietários das condições de trabalho. Pelo fato de haver tal divisão social do trabalho, a sociedade civil realiza-se como uma luta de classes. Essa “luta” a que se refere a teoria marxista, não é necessariamente uma luta armada, mas todos os conflitos por que passa a sociedade, desde uma greve até ações ocorridas na vida cotidiana, como, por exemplo, o boicote à compra de um produto.

Assim, pela ótica marxista, ideologia é o ocultamento da realidade social, a falsa consciência. Esse seria, portanto, o *significado forte* de ideologia proposto por Bobbio (1986). Nesse sentido, “ideologia é um conceito negativo, que denota o caráter mistificante da falsa consciência de uma crença política” (Bobbio, 1986:585).

## 4.2 Significado fraco de ideologia

Na ciência e na sociologia política contemporânea predomina, de acordo com Bobbio, o significado fraco de ideologia. Para esse autor, ideologia, nessa perspectiva, “designa o *genus* ou *species* diversamente definida dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (Bobbio, 1986:585). Nesse caso, ideologia é um conceito neutro, que abstrai o caráter mistificante das crenças públicas.

*Ideologia*, no significado fraco, possui duas acepções, uma geral e outra particular. A geral se encontra na investigação empírica dirigida à averiguação dos sistemas de crenças políticas. Para a acepção particular, o que é *ideológico* é contraposto ao que é *pragmático*. O caráter da ideologia é atribuído a uma crença, a uma ação ou estilo político caracterizados por doutrinário, dogmatismo, forte componente passional etc.

De acordo com Bobbio (1986), Vilfredo Pareto descola o sentido de ideologia à gênese social defendida por Marx. Para esse pensador, a ideologia designa “as deformações que os sentimentos e as orientações práticas de uma pessoa operam nas suas crenças, travestindo os juízos

de valor sob a forma simbólica das asserções do fato. Desse modo, é mantido o quesito da falsidade da ideologia (...), mas perdeu-se completamente sua gênese social” (Bobbio, 1986:586). Por essa razão, o sentido forte de ideologia foi deixado de lado, relegando-o ao domínio da crítica ou sociologia do conhecimento.

Giovanni Sartori, segundo Bobbio (1986), defende que os sistemas ideológicos são caracterizados por um nível cognitivo e um nível emotivo. O primeiro refere-se a uma realidade dogmática e doutrinária, o segundo tem a ver com o forte componente passional que caracteriza tais sistemas. Assim, as ideologias tomadas pelo significado fraco não têm, necessariamente, natureza político-econômica. Dessa maneira, o significado fraco de ideologia entra em confluência com o que os Estudos Culturais Ingleses chamam de *versão neutra de ideologia*, que será visto a seguir.

### 4.3 Ideologia e Estudos Culturais

Os Estudos Culturais surgem na Inglaterra nos anos de 1950, como consequência do esforço de alguns pesquisadores (principalmente Williams, Hoggart e Hall) em romper com a teoria behaviorista da comunicação da época, que percebia a influência dos meios como um estímulo resposta. Eles procuraram perceber os meios de comunicação “como forças sociais e políticas, amplas e difusas, cuja influência é sempre indireta e sutil, às vezes mesmo imperceptível” (Gomes, 2004:228). Os Estudos Culturais estão constantemente trabalhando de novas maneiras alguns conceitos marxistas clássicos e mostrando que eles não são adequados para interpretar as relações entre cultura e sociedade. Tais estudos vinculam-se às investigações de caráter pós-marxista.

O conceito de *hegemonia*, elaborado por Gramsci, influenciou sobremaneira os Estudos Culturais, pois, por essa perspectiva, a concepção de ideologia se materializa nas práticas sociais. Para esse pensador, as questões políticas e ideológicas não são interpretadas a partir de sua determinação econômica, mas como relação de forças. Assim, conflitos entre classes subalternas e hegemônicas não se dão apenas no terreno político-econômico, mas também no cultural, onde o que está em questão são os valores, as visões de mundo e de vida. *Ideologia*,

em Gramsci, “assume o sentido de uma concepção do mundo que se evidencia em todas as manifestações da vida individual ou coletiva” (Gomes, 2004:139).

Williams, ao fazer uma historiografia do termo *ideologia*, assume três versões. A primeira seria um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo. A segunda trata da visão marxista, em que ideologia é a falsa consciência. A terceira versão, da qual ele é defensor, trata do “processo geral da produção de significados e idéias” (Williams *apud* Gomes, 2004:144). Os Estudos Culturais, portanto, rejeitam a concepção de ideologia como sendo as idéias que refletem as condições materiais de existência, ou seja, efeito direto da base econômica.

A interpretação que os Estudos Culturais fazem de Ideologia é o que Jorge Larrain chama de *versão neutra de ideologia*. Sendo assim, adota-se a premissa de que não é o sujeito quem produz ideologia, enquanto um sistema de idéias, mas “é a ideologia concebida como uma instância material de práticas e rituais, que constitui o sujeito” (Larrain *apud* Gomes, 2004:148). Nessa mesma perspectiva, o conceito de *ideologia* refere-se a:

“(...) estruturas mentais – as linguagens, os conceitos, as categorias, as imagens do pensamento e os sistemas de representação – que diferentes classes ou grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível o modo como a sociedade opera” (Hall *apud* Gomes, 2004:145).

É por esta ótica que percebemos a ideologia, uma vez que o significado forte (praticamente) usurpa dos indivíduos a capacidade ou a possibilidade de perceber, por eles mesmos, a realidade, vivendo imersos em uma situação de ignorância política e social da qual só poderão sair com a ajuda de uma mente esclarecida. Esse sentido de ideologia, portanto, entra em confluência com a visão das teorias da comunicação contemporâneas, de um receptor ativo, interpretativo.

França (2004) afirma que, no campo de estudos sobre a TV, alguns passos já foram dados, como perceber a televisão não como uma vilã, maniqueísta ou totalizadora. Ela deve ser:

“(...) entendida como espaço de uma produção cultural diversificada, marcado pela presença de contradições e ambigüidades. Se antes as análises predominantes apontavam, sobretudo,

seu caráter ideológico, seu papel de alienação, nos últimos tempos houve uma reversão na forma de abordá-la, e vários autores vêm apontando a importância e mesmo a necessidade de ‘levá-la a sério’” (França, 2004:02).

Esta autora afirma que as visões deterministas cedem lugar a uma perspectiva processual. Tal perspectiva se refere a uma situação “interlocutiva”, na qual os elementos em co-presença se reconfiguram de forma recíproca. Essa é, portanto, a perspectiva relacional, que tenta perceber a “imbricação”, a “reciprocidade conflituosa” e uma “mútua interferência” entre os elementos da comunicação.

#### **4.4 O plano da expressão**

Uma vez definido o sentido de ideologia com o qual trabalhamos, fazem-se necessárias algumas explicações acerca de plano da expressão, já que se pretende analisar a influência da ideologia nesse plano. Louis Hjelmslev parte da idéia saussuriana<sup>1</sup> de que todo signo lingüístico é a relação entre um significante e um significado. Na língua, o primeiro é a imagem acústica – de ordem fonológica e, o segundo, um conceito, de ordem semântica. A relação, portanto, não é de palavras e coisas, mas entre grandezas lingüísticas.

Optou-se pela perspectiva de Hjelmslev e não pela de Saussure porque projetos e estudos lingüísticos deste são estritamente formais. Já Hjelmslev dá mais ênfase nos aspectos funcionais, situacionais, contextuais e comunicacionais no uso da língua. Para Saussure, “a língua é um sistema de formas lingüísticas abstratas para a análise sincrônica do sistema (...), [Saussure] pagou um preço bastante alto ao sufocar o sujeito, a sociedade, a história, a cognição e o funcionamento discursivo da língua, a fim de obter um objeto asséptico” (Marcuschi, 2005:13-14).

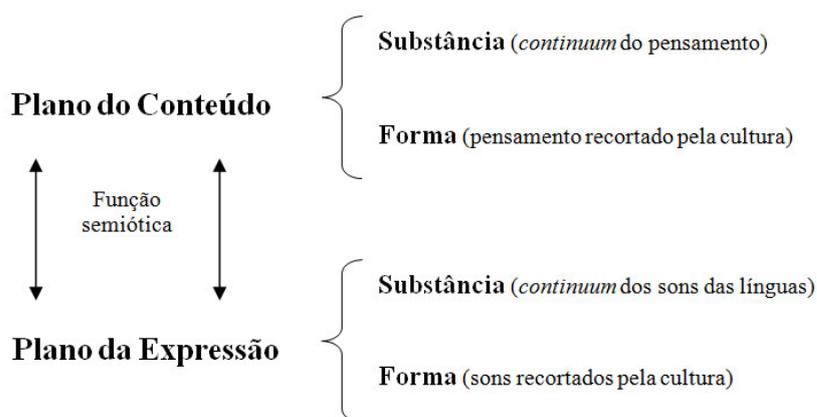
<sup>1</sup> Saussuriana: relativo a Ferdinand de Saussure (1857 - 1913), lingüista suíço. Suas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da lingüística como ciência. Seus pensamentos estimularam muitos dos questionamentos presentes na lingüística do século XX. Saussure entendia a lingüística como um ramo da ciência mais geral dos signos, que ele propôs fosse chamada de Semiologia. Seu trabalho *Cours de linguistique générale*, publicado postumamente em 1916, tornou-se o trabalho inaugural da lingüística como ciência (Petter, 2006:11-24).

Pelo fato de Hjelmslev trabalhar a língua sempre vinculada à cultura é que se optou por sua perspectiva. Para ele,

A linguagem – a fala humana – é uma inesgotável riqueza de valores múltiplos. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos, instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, modela seu pensamento, seu sentimento (...), a base última e mais profunda da sociedade humana. (Hjelmslev, 1975: 01).

Feitas as considerações iniciais, volta-se à explicação do que é plano da expressão. Hjelmslev, *grosso modo*, denomina significado de plano do conteúdo (conceito) e significante de plano da expressão (imagem acústica, no caso da língua falada). Não se trata de uma simples substituição de nomenclatura, mas de uma mudança de concepção. Para Hjelmslev, tanto o plano do conteúdo quanto o plano da expressão subdividem-se em forma e substância. A substância refere-se ao *continuum*, tanto o do plano do conteúdo, que é o *continuum* do pensamento, quanto da expressão, *continuum* de sons da língua. A forma, por sua vez, tem a ver com o modo como cada cultura recorta seu pensamento em palavras (conteúdo), e em fonemas (expressão). Segundo Hjelmslev, o que une a expressão ao conteúdo é a função semiótica. Essa função é solidária e pressupõe necessariamente um ao outro: “Uma expressão só é expressão porque é expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão” (Hjelmslev, 1975:54).

De modo esquemático, temos:



A substância, tanto do plano de expressão quanto do plano de conteúdo, constitui-se um elemento dessemantizado que só passa a ter sentido, uma vez recortada por cada cultura, tornando-se, assim, forma. Portanto, todas as possibilidades de sons possíveis de ser produzidos pelo trato vocal humano só têm sentido quando cada cultura recorta esses sons e lhes dá um sentido. Dessa maneira, o sentido assume diferentes cadeias lingüísticas em cada língua. A sentença *Eu não sei*, em português, veicula o mesmo sentido que a sentença *Jeg véd det ikke*, em dinamarquês, ou *I do not know*, em inglês. Para esse lingüista, cada uma dessas línguas estabelece suas fronteiras de maneira distinta no *continuum* do pensamento.

Nesse sentido, pode-se dizer que a forma do conteúdo é arbitrária e apenas explicável pela função semiótica que une o conteúdo à expressão. Assim, podemos falar de um sentido de expressão. No caso de alguém que fala uma língua estrangeira com sotaque, Hjelmslev afirma que se “trata de formar um sentido de expressão conforme as condições funcionais sugeridas pela língua materna do elocutor” (Hjelmslev, 1975:61).

Para esse lingüista, embora seja algo contrário ao habitual, já que se convencionou a se falar do sentido do conteúdo, deve-se considerar que a expressão carrega consigo um sentido. Pensar o sotaque, nessa perspectiva, é assumir que ele produz sentido. Para Medeiros, “se o sotaque produz sentidos, ele é, em si, informação – revela elementos componentes do ambiente local” (Medeiros, 1999:188).

## 4.5 Plano da expressão e ideologia

Barros (2006) apresenta o modelo de comunicação humana proposto por Jakobson e o modelo de Assis Silva, nos quais as principais contribuições foram a relação com o contexto e a presença de códigos e subcódigos. O código é utilizado no lugar da língua e, para que haja comunicação, é necessário um código parcial ou totalmente comum entre remetente e destinatário. Os subcódigos, por sua vez, introduzem a questão da variação lingüística no esquema de comunicação. Quanto aos subcódigos, há variantes consideradas mais prestigiosas pelos usuários. Dessa forma, quando, no *Jornal Nacional*, é utilizado um código comum (a língua portuguesa) estabelece-se, pelo menos teoricamente, a comunicação entre remetente e destinatário. No entanto, o subcódigo utilizado pelo *JN* pode ser diferente do subcódigo utilizado pelo receptor, uma vez que este tenha uma variante do PB diferente de uma das variantes da região Sudeste: “Para quem está na região Sudeste, por exemplo, o sotaque é muito menos problemático do que para quem está no Nordeste ou no Sul” (Medeiros, 1999:186).

Os subcódigos, nessa perspectiva, representam as variações lingüísticas do PB. Há, portanto, a pronúncia padrão, que é, por isso, a mais prestigiosa, e vice-versa. Os subcódigos podem representar ruídos na comunicação, pois, apesar de os falantes partilharem a mesma língua, as variações dessa língua podem impedir uma comunicação de fato. Os subcódigos, assim, são escolhidos arbitrariamente e, por muitas razões, a escolha se dá por motivos ideológicos.

Passemos a esse tema. Quando optamos por utilizar o sentido neutro de ideologia, entramos em consonância com um conceito de José Luiz Braga chamado *lugar de fala*. O lugar de fala não é o lugar sociológico do falante, ou seja, sua classe social, sua posição no mundo da produção ou seu estatuto social, embora, segundo ele, esse lugar social possa estar presente. Se assim fosse, o discurso seria “uma evidência, um sintoma da circunstância social que o precede ou emana” (Braga, 1997:109).

Para esse autor, o lugar de fala é construído ou ocupado pelo discurso específico na inter ou extradiscursividade. Este conceito não corresponde ao contexto, “mas ao lugar construído pelo discurso nesse contexto, (...) o ângulo segundo o qual a realidade se constitui em sentido” (Braga, 1997:109). Ele afirma que “toda fala é uma interpreta-

ção interessada de uma situação problema, complexamente composta de fatos de natureza social, fatos físicos, questões psicológicas” (Braga, 1997:109) e, por isso, buscar o lugar de fala de um discurso é tentar observar em que lugar ou perspectiva a realidade faz sentido.

Para concluir este capítulo e relacionar o que foi dito, apresenta-se seguinte citação: “Há uma tendência generalizada entre os repórteres de emissoras distantes do eixo Rio-São Paulo de modificarem a forma de falar cotidiana, no momento em que pegam o microfone e se posicionam diante de uma câmera de TV” (Medeiros, 2006:13). Os estudos de Medeiros (1999 e 2006) são pioneiros ao trabalhar o tema sotaque no âmbito das Teorias da Comunicação. E, por isso, eles nos dão suporte ao afirmar que o falar do *Jornal Nacional* é de natureza ideológica, pois os repórteres, muitas vezes, abandonam seu modo próprio de falar para adotar o falar da região Sudeste, que é mais prestigioso.

Diferentemente do que propõe Medeiros, não é preocupação deste estudo questionar uma possível inserção na TV de outros falares (sotaques) na mídia, mas analisar o porquê de um falar específico ser ideológico, como ele se engendra e como é decodificado.

Portanto, a partir do que foi exposto neste capítulo, podemos dizer que o subcódigo ou variante do PB utilizado pelo *JN* é ideológico, pois remete à região de maior poder econômico e de maior prestígio, que é a região Sudeste. Quando um repórter abandona seu modo próprio de falar para adotar um falar típico de uma região específica, observa-se aí que a ideologia recorta mais uma vez a forma do plano de expressão. (A primeira vez seria o recorte do plano da expressão feita pela cultura.) Nessa perspectiva, o plano de expressão gera um sentido, ou seja, por meio da forma do plano da expressão, reporta-se a uma região e, por oposição, excluem-se muitas outras.

Assim sendo, por meio do sentido gerado pela forma do plano da expressão utilizada pelo *Jornal Nacional* constitui-se o lugar de fala desse produto midiático. É, portanto, a partir de um falar que se constrói um ângulo segundo o qual a realidade se constitui em sentido. Evidentemente, o falar do *Jornal Nacional* é um recorte possível entre vários. Poder-se-ia observar, por exemplo, a maneira como se constrói o texto (no sentido mais usual da palavra) de uma reportagem, para, então, perceber um lugar de fala desse noticiário.

No entanto, ao tentar perceber o lugar de fala do *JN* a partir do sota-

que de repórteres e apresentadores, pode-se dizer que, lingüisticamente, esse noticiário se volta à região Sudeste e propõe uma realidade construída a partir desse lugar. É um lugar etnocêntrico e ideológico que se constrói de várias maneiras, dentre as quais, por meio de um sotaque que, por sua vez, também é uma construção.

## **Parte II**

### **Recepção do falar do *Jornal Nacional***



# Capítulo 5

## Estudos Culturais Ingleses e Estudos de recepção

Os Estudos Culturais surgem na Inglaterra, na década de 1960, preocupados em compreender as práticas e as instituições culturais, sua relação com a sociedade e com as transformações sociais. Para os Estudos Culturais, entender a cultura implica entender como se dão os processos comunicativos. *Cultura* passa a significar “ocorrência dinâmica em processos comunicativos e sistemas de significação” (Gomes, 2004:103). Dessa maneira, os objetos que circulam na sociedade só adquirem valor no âmbito da cultura.

Institucionalmente, os Estudos Culturais Ingleses se organizam em torno do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCC S) da Universidade de Birmingham, fundado em 1964 por Richard Hoggart. Considere-se, no entanto, que a fundação dos Estudos Culturais se deu baseada em três textos seminais, anteriores à fundação do CCCS. São eles: *The uses of literacy*, de Hoggart (1957), *Culture and society*, de Raymond Williams (1958) e *The making of the english working class*, de Edward Thompson (1963). Estes três autores estão preocupados em como se constitui a classe trabalhadora e buscam redefinir a noção tradicional de cultura, de modo a incluir a cultura popular ou de massa em um rol que concebe a cultura de forma mais abrangente.

Inicialmente, os Estudos Culturais entendiam a cultura como o lugar em que se naturalizam e se constituem as desigualdades sociais. Hoje em dia, essa desigualdade é focada, cada vez mais, em gênero, raça

ou etnia. Concomitante a isso, cultura é, também, o terreno onde se desenvolve a luta pela hegemonia, ou seja, meio pelo qual os diferentes grupos subordinados opõem resistência a essa subordinação.

Os Estudos Culturais rejeitam a concepção da cultura de massa como um fenômeno indiferenciado e encaram os *mass media* como um propagador de representações ideológicas dominantes. Eles também rompem com a concepção behaviorista que vê a influência dos *media* como um mecanismo de estímulo resposta. Para os Estudos Culturais, a força da mídia é bem mais difusa e sutil que se pensava. Além disso, para tais estudos, as noções de textos transparentes são rechaçadas; os textos são sistemas complexos de signos cuja decodificação vai depender de quem a faz. Isso tem a ver, também, com o rompimento de uma concepção de audiência passiva e indiferenciada. Para os Estudos Culturais, a variedade de formas como as mensagens ou textos são decodificados se relaciona às diferentes orientações sociais e política dos indivíduos.

Os Estudos de Recepção são considerados um desdobramento empírico dos Estudos Culturais. “Eles propõem-se analisar as interpretações que o público dá aos textos mediáticos, ou mais amplamente, o consumo ou uso que o público faz dos textos e das tecnologias da comunicação” (Gomes, 2004:174). Pode-se dizer que o que mais caracteriza os Estudos de Recepção como um *continuum* dos Estudos Culturais é a ênfase no receptor. Considera-se a mensagem televisiva como um fato comunicativo, o que implica um sistema de signos. O significado da mensagem muda de acordo com o código com que o receptor interpreta esse código, isso quer dizer que a interpretação se circunscreve à situação sócio-antropológica do receptor.

## 5.1 Codificação e decodificação

A partir do ensaio de Stuart Hall sobre codificação e decodificação (*Codificar/Decodificar*), os Estudos Culturais ganham um contorno marcadamente empírico. Para ele, o processo comunicativo e a produção cultural devem ser compreendidos em diversos momentos enquanto estrutura de relação. Embora haja alguma reciprocidade entre os momentos de codificação e decodificação, esses são momentos distintos. O

trabalho de codificação constrói limites e parâmetros dentro dos quais a decodificação irá operar, impondo um “sentido preferencial” de leitura.

O objeto das práticas comunicativas é composto por significados e mensagens sob a forma de signos-veículo específicos organizados pela operação de códigos dentro de uma corrente sintagmática de discurso. Ou seja, no momento da produção, esta aparece sob a forma de vínculos simbólicos constituídos dentro das regras de “linguagem”. É, portanto, sob a forma discursiva que a circulação do produto se realiza. Assim, para Hall, se não há sentido, não há consumo e se o sentido for pouco articulado com a prática, ele não produz efeito.

Enquanto cada momento articulado é parte necessária do circuito, nenhum deles pode garantir o próximo. Cada um pode construir sua ruptura e interrupção da “passagem de formas” de que a continuidade da produção efetiva depende. Desse modo, a discursiva da mensagem tem um papel importante na comunicação e os momentos de “codificação” e “decodificação”, mesmo autônomos em relação ao processo comunicativo, são momentos determinados.

Os acontecimentos só podem ser significados quando passam por toda a complexidade das regras formais pelas quais a linguagem significa. O evento deve se tornar “narrativa” antes que possa se tornar um evento comunicativo. A “forma-mensagem” é a aparência do evento na sua passagem da fonte para o receptor, ela é um momento determinado.

Hall delinea um processo comunicativo da televisão da seguinte forma: as estruturas institucionais da radiodifusão, com práticas, redes de produção, relações organizadas e infra-estruturas técnicas são necessárias para produzir um programa. A produção constrói a mensagem. O processo de produção não é livre de seu aspecto “discursivo”, ele está incluso em um referencial de sentidos e idéias. Conhecimento útil sobre as rotinas da profissão, habilidades técnicas definidas, ideologias profissionais, conhecimento institucional, definições e suposições da audiência, tudo isso situa a constituição do programa na estrutura de produção. Ademais, mesmo as estruturas de produção da TV originando os discursos televisivos, elas não são um sistema fechado. Elas retiram assuntos, agendas, eventos, imagens da audiência, “definições da situação” de outras fontes e formações discursivas de dentro da estrutura sociocultural. Ou seja, circulação e recepção são “momentos” do processo de produção na televisão e são reincorporados através de

vários *feedbacks* indiretos e embasados no mesmo processo de produção. As estruturas radiofônicas, de tempos em tempos, devem produzir mensagens codificadas na forma de discurso significativo. Isso começa em um momento diferenciado, em que as regras do discurso e a linguagem entram em dominância. Antes que a mensagem possa ter um efeito, ela precisa ser apropriada como um discurso significativo e ser decodificada significativamente. Esse conjunto de significados é que produz o efeito, influencia, instrui e persuade. Em um momento “determinado”, a estrutura utiliza um código e produz uma mensagem; em outro desses momentos, a mensagem termina na estrutura das práticas sociais através de sua decodificação.

Dessa forma, percebe-se que as práticas de recepção e a utilização da audiência não podem ser entendidas em termos comportamentais. Isso significa que os códigos de codificação e decodificação nem sempre são simétricos. Os graus de simetria dependem dos graus de simetria/assimetria que existem entre as posições do produtor e do receptor, mas isso ainda depende dos graus de identidade/não-identidade entre os códigos que podem, ou não transmitir, interromper ou distorcer a transmissão. A diferença entre os códigos tem muita relação com as diferenças estruturais de relação e posição entre os transmissores e a audiência, mas também tem a ver com a diferença entre os códigos da fonte e do receptor. As distorções e os mal-entendidos são, justamente, a falta de equivalência entre as duas partes da troca comunicativa.

Certos códigos podem ser tão distribuídos em uma cultura ou aprendidos tão cedo, que parecem não ter sido construídos, mas sim que são naturais. A análise desses códigos “naturais” revela a profundidade, o caráter habitual e a quase universalidade deles. Estes códigos mostram um grau de familiaridade produzida quando existe um alinhamento fundamental e uma reciprocidade entre o codificador e decodificador de uma troca de significados. Pensando, então, nos signos arbitrários, a sua articulação com o conceito que representam nos mostra que ele é um produto não da natureza, mas de uma convenção. Vendo por este ângulo, os signos icônicos são mais propensos a serem lidos como naturais, porque os códigos de percepção visual são amplamente distribuídos e por este signo ser menos arbitrário que o lingüístico.

Isso ajuda a esclarecer uma confusão da teoria lingüística. Essa teoria emprega, freqüentemente, a distinção entre conotação e denotação.

A denotação, por ser associada ao sentido literal, tem sido confundida com a transcrição literal da realidade para a linguagem. Já a conotação é associada a sentidos menos fixos e, pela lógica, frutos de uma convenção que variam de situação pra situação. No texto, não é utilizada esta distinção, já que ela é puramente analítica. Ela é útil, mas não pode ser confundida com as distinções do mundo real. Na maior parte dos discursos, os signos combinam seus sentidos literal e associativo. É neste nível que os signos podem adquirir seu valor ideológico. Isso acontece porque, aqui, os sentidos não estão fixados em uma percepção natural e o sentido é mais fluido e a associação pode ser mais explorada e transformada.

É neste nível que podemos observar, mais facilmente, a intervenção da ideologia dentro do discurso e sobre ele e, também, como ela transforma a significação em seu favor. Mas isto não quer dizer que a denotação esteja fora da ideologia, é apenas que seu valor ideológico está fortemente estabelecido, já que ela se tornou universal e “natural”. Um discurso pode adquirir vários subcódigos. Esses códigos são os meios pelos quais a ideologia e o poder são levados a significar em certos discursos. Eles levam os signos aos “mapas de sentido” dentro dos quais as culturas são classificadas. Os níveis conotativos dos significantes estão intimamente ligados com a cultura, o conhecimento e a história e, por eles, que o meio invade o sistema lingüístico e semântico.

O nível conotativo é objeto de transformações mais ativas, que exploram seus diversos valores. Os códigos conotativos não se parecem. Toda sociedade ou cultura procura impor suas classificações do mundo social, político e cultural. Essas classificações são uma ordem cultural dominante. As áreas diferentes da vida social parecem estar organizadas dentro de domínios discursivos dispostos hierarquicamente através de sentidos dominantes ou preferenciais. Os acontecimentos que vão de encontro a esta realidade devem ser alocados aos seus respectivos domínios discursivos, antes que comecem a fazer sentido.

Os domínios dos “sentidos preferenciais” têm, dentro de si, toda uma ordem social enquanto conjunto de significados, crenças e práticas. O processo comunicativo não se constitui na atribuição não-problemática de cada objeto visual à posição dentro de um conjunto de códigos pré-estabelecidos, mas sim em regras performativas, ou seja, regras de uso e competência de lógica aplicada, que tentam reforçar um

domínio semântico a outro e incluir e excluir itens dos conjuntos de sentido apropriados. Quando se fala sobre os sentidos dominantes, não se fala de um processo de mão única que governa como os acontecimentos serão significados, mas sim de um processo em que existe um trabalho necessário para se fazer uma decodificação do evento dentro do limite de definições dominantes. A discordância, aqui, é em relação à noção de capacidade subjetiva. É como se o discurso televisivo fosse objetivo, mas o nível interpretativo fosse individual e particular. A situação é o contrário, a prática televisiva assume uma responsabilidade sistêmica exatamente por causa das relações que os signos distintos estabelecem entre si.

Há uma brecha pela qual o pluralismo residual evita as compulsões de um processo estruturado, assimétrico e não-equivalente, ela é chamada de “percepção seletiva”. Como foi dito, não existe simetria entre a codificação e a decodificação, a primeira tenta “pre-ferir”, sem nenhuma garantia da segunda, que tem suas condições de existência. Mas, a codificação produz limites dentro dos quais a decodificação deve operar. A codificação não pode dizer quais os códigos que serão empregados na decodificação, mas pode falar sobre as várias articulações em que a codificação e a decodificação podem ser combinadas.

Para Hall, há três maneiras de codificação/decodificação: A *posição hegemônica dominante*, o *código negociado* e *código de oposição*. Na posição hegemônica, o receptor opera sob o código dominante, apropria-se do sentido da mensagem de forma integral e a decodifica nos termos do código referencial. No código negociado, o destino recebe a mensagem de forma profissional e compreende bem o que foi definido de maneira dominante, mas ele decodifica através de uma mistura de elementos de adaptação e oposição. Ele aceita as definições hegemônicas em um termo geral, mas para o específico, ele cria suas próprias regras. No código de oposição, o receptor entende perfeitamente tanto a inflexão conotativa quanto a literal, mas decodifica a mensagem de uma forma diretamente contrária.

## 5.2 Mediações

Na década de 1980, na América Latina, no contexto de governos ditatoriais, desenvolveram-se estudos no campo da televisão, tributários dos Estudos Culturais, que tirou o foco dos meios e trouxe para as mediações. Jesús Martín-Barbero propõe que mediações são uma questão de cultura e, portanto, “não só uma questão de conhecimentos, mas de reconhecimentos” (Martín-Barbero, 2003:28). O reconhecimento a que se refere Martín-Barbero tem a ver com a mudança de ponto de vista em relação ao processo comunicativo, a partir de “seu outro lado”, ou seja, da recepção e o da resistência que lhe é inerente. De acordo com esse autor, a mediação é o lugar do qual provém as “construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (Martín-Barbero, 2003:304). A mediação seria, portanto, um filtro que opera social e culturalmente, implicando diferentes construções de sentidos a partir de determinações sócio-culturais.

Martín-Barbero propõe três lugares de mediação: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Começamos pela família, que, no contexto da América Latina, significa uma “unidade básica de audiência (...) porque ela representa para a maioria das pessoas uma situação primordial de reconhecimento” (Martín-Barbero, 2003:305). O ambiente familiar é um local de conflitos e tensões, um lugar de encontro, no qual se manifestam ânsias e frustrações. Aqui, rompe-se com concepções ultrapassadas de que a TV é a corruptora do lar e começa-se a entender a família como um espaço fundamental de leitura e codificação da televisão. Martín-Barbero pontua que a mediação familiar não se restringe apenas à decodificação, mas conforma o discurso televisivo, pois este se constrói dialogicamente com essa mediação. Assim, nessa lógica, um apresentador de noticiário interpela a família, convertendo-a em seu interlocutor. Por isso, há um tom coloquial e a simulação de um diálogo. O discurso da TV, então, familiariza e torna próximo o que for mais longínquo, mais impensável. Assim, no seio família, opera-se a resistência:

“A marca da hegemonia trabalha aí, nessa forma, na construção de uma interpelação que fala às pessoas *a partir* dos dispositivos que dão *forma* a uma cotidianidade familiar, que não é apenas subproduto da pobreza e das artimanhas da ideologia,

mas também espaço de algumas formas de relação primordial e de algumas vivências que não são menos fundamentais só por serem ambíguas” (Martín-Barbero, 2003:307).

A segunda forma de mediação para Martín-Barbero é a temporalidade social. Esse tempo, diferente do tempo valorizado pelo capital, o tempo medido, é um tempo que constitui a cotidianidade, um tempo repetitivo, que não é feito por unidades contáveis, mas por “fragmentos”. A televisão, inserida em nosso cotidiano, trabalha com essa segunda temporalidade, ou seja, “cada programa ou cada texto televisivo remete seu sentido ao cruzamento de gêneros e tempos” (Martín-Barbero, 2003:308). Tais gêneros televisivos fazem a mediação entre o tempo capital e o tempo do cotidiano.

A competência cultural é a terceira forma de mediação para esse autor. A televisão sempre foi vista não como um lugar a ser entendido no âmbito da cultura, mas no da comunicação. Para Martín-Barbero, é a própria noção de cultura, sua significação social, que está sendo modificada por aquilo que a televisão produz e pelo seu modo de reprodução. Os gêneros televisivos ativam a competência cultural dos indivíduos “e seu modo da conta das diferenças sociais que a atravessam” (Martín-Barbero, 2003:311). Os gêneros, nesse sentido, constituem uma mediação entre as lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo: “entre os formatos e os modos de ler, dos usos” (Martín-Barbero, 2003:311). Para Gomes (2004), um dos avanços na proposta de Martín-Barbero rumo à análise do processo comunicativo como um todo está no entendimento de gêneros televisivos como “estratégias de interação”.

De acordo com Gomes (2004), apesar de os trabalhos sobre mediação não negarem ao receptor o seu papel de ativo, eles o vêem como um sujeito determinado sócio-culturalmente. Para essa autora, as mediações, que seriam o grande “trunfo” dessa proposta, reforçam uma visão dicotômica da comunicação, já que ela “não dá conta de uma compreensão do processo comunicativo e nos impõe o desafio de superar esta disjunção entre os dois pólos de comunicação” (Gomes, 2004:217).

### 5.3 Televisão e cotidiano

Segundo Roger Silverstone, um momento de televisão “representa o ordinário e o contínuo” (Silverstone, 2002:12). Os significados da TV dependem de saber se o notamos, se nos toca. A mídia, assim, é onipresente e diária, já que “passamos a depender dela”. Por isso, ele acredita que essa é uma razão para estudá-la; deve-se fazê-lo tanto pelas dimensões social e cultural, mas também pelas perspectivas econômica e política. Devemos estudar sua “onipresença e complexidade”.

Silverstone utiliza o termo de Isaiah Berlin chamado *textura geral da experiência* – “expressão que toca a natureza estabelecida na vida no mundo, aqueles aspectos da experiência que tratamos como corriqueiros e que devem subsistir para vivermos e nos comunicarmos uns com os outros” (Silverstone, 2002:13). Ele afirma a TV é parte da *textura geral da experiência*, pois integra nossa vida cotidiana.

O ponto de partida para se entender a mídia é a experiência entendida no contexto do ordinário, do cotidiano. “A mídia é cotidiana, uma presença constante na vida diária” (Silverstone, 2002:20). Segundo o autor, “é no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa: ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária para a produção e manutenção do senso comum”. Para ele, o estudo da mídia passa pelo senso comum. A vida é uma realização contínua, constituída de interações diárias. A mídia depende do senso comum e recorre a ele, mas também o distorce. Ela é terreno de criação de identidades no mundo pós-moderno.

Abordar a experiência da mídia e sua contribuição para a experiência implica investigar o papel da mídia na formação da experiência e vice-versa. Implica também em exigir de nós mesmos um exame de que constitui a experiência e sua composição. Silverstone afirma que a mídia é essencial ao processo de fazer distinções e juízos (questão ética e estética) porque ela medeia “a dialética entre a classificação que forma a experiência e à experiência que dá colorido à classificação” (Silverstone, 2002:32).

Em outro texto, Silverstone (1996) afirma que a TV está imbricada no cotidiano das pessoas de forma *inconsútil*, isto é, sem costuras. Não há, portanto, barreiras muito nítidas entre onde começa uma coisa e ter-

mina a outra. A televisão apresenta-se como um *continuum* entre ela mesma e a vida ordinária. Ela ainda re-produz a cultura, que é processada no cotidiano.

## **5.4 Algumas considerações antes do estudo de caso**

Os Estudos Culturais nos oferecem leituras importantes, tais como entender a cultura implica entender como se dão os processos comunicativos. Pensar os *media* e, mais especificamente, a televisão nessa perspectiva nos traz os pressupostos de que há um receptor ativo, interpretativo, e que os meios possuem um conteúdo polissêmico. A codificação e decodificação a que se refere Hall, embora tenham certa reciprocidade, são momentos distintos. A decodificação é, então, a construção de sentidos por parte de um receptor ativo. Para Gomes (2004), faz-se necessário entender, mais além de conceber o receptor como ativo, como se dá o processo da comunicação como um todo. Silverstone (1996), na mesma direção, questiona de que maneira esse receptor ativo se apropria dos conteúdos dos *media* e imprime neles sua marca, sua subjetividade. Evidentemente, não há a pretensão de apresentar respostas nesta monografia, no entanto, espera-se que tais questionamentos nos guiem na direção de perceber como o receptor se apropria do texto televisivo, de que maneira sentidos são construídos a partir do processo comunicativo.

## Capítulo 6

### Estudo de caso – Recepção do falar do *Jornal Nacional*

Na primeira parte desta monografia, pudemos perceber de que forma é produzido, codificado, o sotaque do *Jornal Nacional*, um sotaque supostamente “neutro”, que é ideológico, pois remete à região Sudeste, a mais desenvolvida economicamente e de maior prestígio. Além disso, pelo plano da expressão, marca-se um *lugar de fala*, que recorta a realidade a partir de um lugar: o Sudeste. Percebeu-se, também, que a adoção de um falar-padrão entra em confluência com o projeto de formação de nação que, necessariamente, abafa diferenças. Neste momento, dar-se-á ênfase à recepção e tentar-se-á perceber de que maneira a audiência se apropria desses textos televisivos. Uma revisão de alguns dos textos dos Estudos Culturais foi imprescindível para perceber como se dá a decodificação.

#### 6.1 Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa de recepção foi a adoção de um questionário único e aberto, enviado aos voluntários por correio eletrônico. (O questionário e as respostas podem ser vistos integralmente no anexo desta monografia). Foram enviados os questionários para voluntários conhecidos de conhecidos, e houve casos em que o contato deu-se com voluntários por meio da comunidade social virtual Orkut ([www.orkut.com](http://www.orkut.com)). Foram analisados 15 questionários.

O questionário é composto por *termo de consentimento livre e esclarecido*, no qual vêm expressos o nome da pesquisa, a orientadora e o pesquisador. Nele constam os objetivos da pesquisa, os procedimentos de estudo, o custo/reembolso para o participante e a confidencialidade da pesquisa, além do telefone do pesquisador, para eventuais dúvidas dos participantes. Depois disso, o sujeito deve escrever seu nome por extenso e assinalar com X, concordando em participar da pesquisa.

Na segunda parte do questionário, o voluntário deve preencher os seguintes dados: nome, sexo, idade, profissão, cidade e estado em que nasceu e que habita. A faixa etária dos participantes foi previamente definida: de 25 a 40 anos. Acredita-se que nesta faixa enquadrem-se indivíduos na idade adulta, o que nos exime de variáveis, tais como pensar a recepção na juventude, o que poderia nos oferecer outra leitura, de acordo com a perspectiva de indivíduos com menos de 25 anos.

Em seguida, o voluntário preenche uma ficha cultural que tem como finalidade mostrar ao pesquisador os produtos culturais que lhe são caros, dando uma idéia dos seus hábitos culturais. As perguntas são:

1. Qual é seu tipo de lazer preferido? (cinema, teatro, TV, livros, revistas, jornal, etc.) (Pode ser mais de um tipo).
2. Cite três programas de televisão de que você mais gosta.
3. Quantas horas por dia você assiste televisão?

Após a ficha cultural, encontra-se o questionário propriamente dito, composto pelas seguintes questões:

1. Você é um telespectador freqüente do Jornal Nacional? Qual é sua opinião em relação a este noticiário?
2. As notícias que o Jornal Nacional exhibe coincidem com seu dia-a-dia? Sim, um pouco ou não? Por quê?
3. Em relação ao sotaque usado pelos repórteres e apresentadores do Jornal Nacional, você considera um sotaque não marcado (sem marcas regionais)? Sim ou não? Por quê?

4. Você considera o seu sotaque semelhante/igual ao sotaque usado pelos repórteres e apresentadores do Jornal Nacional? Sim ou não? Por quê?
5. O que você acharia se o (a) apresentador (a) do Jornal nacional apresentasse esse noticiário com um sotaque com marcas regionais?
6. O sotaque de alguma região poderia comprometer a compreensibilidade da notícia? Se sim, de qual ou quais regiões brasileiras e por quê?
7. Em sua opinião, existe alguma região, estado ou cidade brasileira em que seus habitantes possuam um sotaque não marcado (sem marcas regionais)? Qual? Por quê?
8. Os repórteres e apresentadores do Jornal Nacional devem apresentar um sotaque sem marcas regionais? Por quê?

Começa-se perguntando ao voluntário a relação que ele estabelece com o *Jornal Nacional*, o juízo de valor que ele atribui a esse noticiário, para depois questionar aspectos mais diretamente relacionados ao sotaque. As perguntas não se restringem apenas ao sotaque, porque este está intrinsecamente relacionado com o produto jornalístico *JN*. Como foi dito no capítulo IV, o sotaque marca um *lugar de fala* do *Jornal Nacional*. Portanto, nossa preocupação está em relacionar aspectos que circundam o sotaque e pensá-lo numa esfera ampla.

## **6.2 Perfil dos voluntários**

Foram analisados 15 questionários de indivíduos provenientes de todas as regiões brasileiras (a saber: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste), como pode ser observado na tabela a seguir, que indica: sexo, idade, profissão, cidade natal do voluntário, cidade em que reside atualmente e a região a que pertence.

<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Natural de</b>	<b>Reside em</b>	<b>Região</b>
Feminino	34	Professora	Vitória da Conquista (BA)	Vitória da Conquista (BA)	Nordeste
Masculino	26	Bancário	Fortaleza (CE)	Fortaleza (CE)	Nordeste
Feminino	40	Autônoma	Rio Branco (AC)	Belém (PA)	Norte
Feminino	29	Pedagoga/ consultora educacional	Teresina (PI)	Teresina (PI)	Norte
Feminino	28	Professora de educação física	Xique-Xique (BA)	Dianópolis (TO)	Nordeste/ Norte
Feminino	31	Estudante de mestrado	Brasília (DF)	Goiânia (GO)	Centro- Oeste
Masculino	29	Analista de sistemas	Cuiabá (MT)	Cuiabá (MT)	Centro- Oeste
Feminino	27	Funcionaria pública	Vitória (ES)	Vitória (ES)	Sudeste
Masculino	34	Técnico em informática	Montes Claros (MG)	Belo Horizonte (MG)	Sudeste
Masculino	26	Programador	Rio de Janeiro (RJ)	Rio de Janeiro (RJ)	Sudeste
Masculino	27	Estudante de doutorado	São José do Rio Preto - SP	Campinas (SP)	Sudeste
Masculino	31	Designer	São Paulo (SP)	São Paulo (SP)	Sudeste
Masculino	25	Estudante	Limeira (SP)	Curitiba (PR)	Sudeste/ Sul
Feminino	40	Técnica em química	São Sebastião do Caí (RS)	Pareci Novo (RS)	Sul
Feminino	34	Jornalista	Curitibanos (SC)	Florianópolis (SC)	Sul

Foi objetivo da pesquisa, como nota-se acima, obter dados de um número mais ou menos equiparado entre voluntários do sexo feminino e masculino (8 e 7, respectivamente). Além disso, pretendeu-se perceber a recepção do sotaque do *Jornal Nacional* em todas as regiões brasileiras, de modo que aparecem pessoas dos quatro cantos do país. Pelo quesito profissão, nota-se que a maioria dos voluntários da pesquisa tem formação superior ou curso médio profissionalizante. Trata-

se, portanto, de indivíduos adultos de um estrato médio da sociedade brasileira.

### 6.3 Questionários por e-mail: especificidades a serem levadas em conta

Um fator que viabilizou este estudo de recepção foi o fato de os questionários terem sido enviados e respondidos por correio eletrônico. No entanto, isso implica que os voluntários da pesquisa sejam indivíduos culturalmente letrados<sup>1</sup>, já que, de acordo com Marcuschi (2004), uma das características da linguagem da internet é a centralidade na escrita, uma vez que a tecnologia digital depende totalmente da escrita. Observa-se que essa forma de envio de questionários é excludente em relação àqueles não inseridos no que Marcuschi (2004) chama de *novas situações de letramento cultural*<sup>2</sup>. Ou seja, não se deve ignorar o fato de que os questionários respondidos são provenientes de indivíduos que já experienciam essas *novas situações de letramento cultural*, proporcionadas pela *cultura eletrônica*<sup>3</sup>.

De acordo com este autor, a linguagem da Internet possibilita uma nova leitura por meio dos textos não-lineares (aqueles estruturados em links de hipertexto), ademais, ressalta-se a coexistência de múltiplas semioses (como imagens, textos escritos, sons, movimentos), além de maior interação entre oralidade e escrita, da qual emergem novas formas de discurso. Somam-se a isso as diferenças impostas pelo meio,

<sup>1</sup> De acordo com Soares (2002) *letramento* é “o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento” sendo que tais eventos sejam “qualquer situação em que um portador qualquer de escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação” (Soares, 2002:145). Dessa maneira, o conceito de *letramento* proposto por Magda Soares opor-se-ia a *analfabetismo*.

<sup>2</sup> Para Marcuschi (2004) ainda é muito cedo para se falar em *letramento digital*, apesar de que autores como Coscarelli e Ribeiro (2005) já fazerem uso corrente do termo como em COSCARELLI, C. V., RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs). *Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

<sup>3</sup> Termo cunhado por Marcuschi (2004), que designa a era da escrita eletrônica, do hipertexto.

quer dizer, a capacidade de visão é circunscrita ao monitor e à barra de rolagem vertical e, menos frequentemente, à horizontal. De acordo com Crystal (2002), isso, obviamente, interfere em nossa capacidade de perceber e assimilar o texto. Portanto, essas *novas situações de letramento cultural* perpassam a experiência dos voluntários da pesquisa e esse fato não deve ser ignorado.

Além do que foi exposto, deve-se também levar em conta a especificidade do e-mail como um novo gênero textual<sup>4</sup>. O gênero textual é um texto situado histórica e socialmente, relativamente estável do ponto de vista estilístico, servindo como instrumento comunicativo com propósitos específicos, além de ser forma de ação social (relações de poder). Na medida em que um meio tecnológico interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero. Segundo Marcuschi (2004), quando passamos de uma relação interpessoal para uma relação hiperpessoal, criam-se novas formas de organizar e administrar os relacionamentos interpessoais nesse novo enquadre participativo. “Não propriamente a estrutura que se reorganiza, mas o enquadre que forma a noção de gênero” (Marcuschi, 2002:17). Significa dizer que a contextualização tomada como um enquadre cognitivo muda o gênero.

Desse modo, tais especificidades, que se referem tanto ao ambiente virtual quanto ao e-mail, devem ser consideradas, já que se adotou uma metodologia que pretende perceber a produção de sentido (decodificação) de receptores inseridos na cultura eletrônica. Portanto, se, por um lado, a pesquisa foi possibilitada pelo envio de questionários por e-mail, por outro, não se deve perder de vista que os voluntários da pesquisa são provenientes de um estrato social determinado pelo acesso à Internet.

Magda Soares (2002) pontua que este é “um momento privilegiado para identificar se as práticas de leitura e de escrita digitais, o letramento na cibercultura, conduzem a um estado ou condição diferente (...) do letramento na cultura do papel” (Soares, 2002:145). Então, por mais que ainda não se saiba, exatamente, o que provocariam tais novas condições de leitura, é tarefa do pesquisador objetivar os caminhos da

<sup>4</sup> De acordo com Paiva (2004), o e-mail trata-se de um novo gênero textual, como no artigo PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva. Cap. E-mail: um novo gênero textual. In Marcuschi & Xavier (Orgs). *Hipertexto e gêneros textuais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.

pesquisa e expor as possíveis variáveis determinadas por uma escolha metodológica.

## **6.4 Análise das fichas culturais**

Pelas fichas culturais, pôde-se perceber que a televisão se mostra parte do cotidiano dos voluntários. Assim como propôs Silverstone (1996), a TV se mostra intrincada no dia-a-dia das pessoas de forma “inconsútil”. O tempo de permanência em frente ao televisor também é considerável: nenhum voluntário passa menos que uma hora e meia por dia dedicando seu tempo a ela. No geral, a média de audiência fica em torno de duas a três horas, ou seja, o tempo de assistir ao telejornal e à novela, hábitos típicos da cultura brasileira. Um ponto a se ressaltar é a presença de programas de canais pagos na preferência dos entrevistados. Salienta-se, então, o fato de se tratar de indivíduos com um poder aquisitivo minimamente médio. O que, de certa forma, tem a ver com como os questionários foram enviados/respondidos: por correio eletrônico. Quer dizer, em muitos casos, o acesso a bens de informação como a Internet, coincide com o consumo de TV paga.

## **6.5 Análise dos questionários**

Como se viu no capítulo anterior, de acordo com Hall (2003), há três maneiras de codificação/decodificação: a *posição hegemônica dominante*, o *código negociado* e *código de oposição*. Na primeira, o receptor opera sob o código dominante, na segunda visão, ele decodifica através de uma mistura de elementos de adaptação e oposição e, no código de oposição, o receptor entende perfeitamente tanto a inflexão conotativa quanto a literal, mas decodifica a mensagem de forma contrária.

Pela análise das oito perguntas, notou-se que essas visões dificilmente atravessam, de ponta a ponta, cada questionário. Ou seja, há oscilações entre essas posições nas respostas de um mesmo voluntário. E são justamente tais oscilações que nos permitiram perceber de que modo o falar/sotaque do *Jornal Nacional* é decodificado.

Para voluntária habitante da Bahia, o *JN* é “muito parcial e tendencioso”, as “notícias se concentram muito no eixo Rio-São Paulo e Brasília; quando aparecem outros Estados, especialmente os do Norte-Nordeste é para dar uma notícia pitoresca/folclórica ou para mostrar alguma festa regional”. Percebe-se, portanto, neste caso, uma posição de oposição frente ao que é apresentado pelo *Jornal Nacional*. A telespectadora compreende o conteúdo, mas o interpreta de forma oposta aos interesses hegemônicos. Além disso, percebe-se um rompimento do contrato fiduciário, a partir do qual o recorte feito pelo *JN* não coincide com o real para a voluntária, o parecer, dessa maneira, passa a ser uma coisa e o ser, outra.

A mesma voluntária afirma: “não me lembro de ter percebido qualquer marca regional dos apresentadores/âncoras do *Jornal Nacional*”. Nesse caso, a posição tomada pela telespectadora é hegemônica, pois interpreta aquele sotaque como sendo o sem marcas, o padrão. Como já foi apontado na primeira parte desta monografia, não se trata de um não-sotaque, mas de um sotaque que compreende algumas variantes da região Sudeste, principalmente das cidades Rio de Janeiro e São Paulo. Portanto, trata-se de um sotaque codificado e construído que, para essa telespectadora, é decodificado de forma hegemônica, ou seja, de acordo com o código dominante.

Num terceiro momento, a voluntária afirma quanto ao fato de se dever utilizar um sotaque sem marcas regionais no noticiário: “Dever é muito forte. Acredito que a opção em não apresentar sotaque dá uma certa idéia de imparcialidade com qualquer estado. Acho besteira.” Nota-se aqui uma posição negociada da telespectadora, que reconhece a construção do sotaque, e não acha que seu uso “deva” ser uma prerrogativa do *JN*.

O voluntário habitante do Ceará apresenta uma leitura hegemônica do conteúdo do *JN* e mantém o contrato fiduciário ao afirmar que este telejornal “procura englobar todas as áreas do cotidiano”. Quanto à decodificação do sotaque, a visão continua a hegemônica ao afirmar que se trata de um sotaque sem marcas regionais. Para esse telespectador, “eles procuram além (sic) de ser neutros com relação ao regionalismo, procurando estabelecer um certo padrão”. Sobre o fato de se deverem apresentar as notícias no *JN* sem marcas regionais, o voluntário segue a mesma leitura hegemônica e afirma que: “Sim para manter uma certa

homogeneidade para levar a informação a todos com uma compreensão comum”.

A voluntária habitante do Pará tem uma opinião positiva em relação ao noticiário, “Pois através dele sabemos as notícias do que acontece no mundo e sempre vamos estar informados e ter mais conhecimentos”. Neste caso, a posição é a hegemônica e percebe-se a manutenção do contrato fiduciário na seguinte passagem: “[o *JN* coincide com meu dia-a-dia] porque no jornal informa muito a questão das eleições, que me ajuda a escolher melhor meu candidato, a questão da violência e a insegurança no nosso dia-dia (sic)”. Em relação à decodificação do sotaque, a posição dessa voluntária também é hegemônica, pois para ela, o sotaque da região Sudeste, quer dizer, uma região distinta daquela que ela habita, é “sem marcas regionais”. Como vimos no capítulo *Sotaque e língua padrão*, o esperado é que, para ela, o sotaque seja percebido no outro, o que não acontece, aqui, devido a sua leitura hegemônica.

A habitante do Piauí tem uma posição negociada em relação ao *JN* ao afirmar que ele “Muitas vezes não repassa o que realmente [é o sentimento] nas ruas, principalmente em relação aos assuntos políticos nacionais”. A mesma voluntária toma a posição hegemônica quanto ao sotaque do *Jornal Nacional*: “não percebo sotaque nos apresentadores”. E quanto à possibilidade de o noticiário ser apresentado com marcas regionais, a voluntária afirma: “seria enfadonho”.

A voluntária habitante do Tocantins afirma que, se o *JN* apresentasse as notícias com um acento regional, “ficaria com a cara do *Brasil Legal*”, programa de entretenimento que foi apresentado na TV Globo por Regina Casé, que tinha como mote mostrar a diversidade cultural brasileira. Assim, para essa telespectadora, a variante lingüística hegemônica incluir-se-ia no gênero telejornal.

A habitante de Goiás adota uma visão oposicional ao analisar o noticiário: “Eu penso que o jornalismo realizado na TV Globo de forma geral é muito tendencioso e voltado para interesses econômicos dos anunciantes”. Quanto ao sotaque, ela adota a mesma perspectiva: “os jornalistas do *JN* parecem não ter nascido em lugar nenhum do país”. Nesta afirmação, a telespectadora percebe que o sotaque do noticiário é uma construção. Ela ainda afirma que: “Devem prevalecer as marcas regionais sim. (...) é uma questão de respeito às identidades regionais”, ou seja, a mesma visão oposicional é mantida.

O voluntário habitante do Mato Grosso rompe parcialmente o contrato fiduciário estabelecido pelo *JN* ao dizer sobre o fato de as notícias coincidirem com seu dia-a-dia: “Não muito. Só quando tem algum escândalo envolvendo algum estado, ou catástrofe. E nem sempre mostra a previsão do tempo da cidade [Cuiabá], que é uma capital”. Quanto ao próprio sotaque, ele reconhece a diferença em relação à variante hegemônica: “Sei que puxo o ‘r’ [R retroflexo, caipira], ao menos é o que meus amigos paulistas dizem”, mas, ao mesmo tempo, ele atribui um menor valor a outra variante, a nordestina, ao dizer que o noticiário não deve apresentar marcas: “Acho horrível e muita gente não entenderia. (...) O nordestino fala muito rápido, por exemplo. Tem como entender alguma coisa?”. Em relação ao sotaque do noticiário, o habitante do MT tem uma posição hegemônica. Para ele, o noticiário deve apresentar um falar sem marcas regionais “Pois assim, o Brasil todo pode compreender”. Nota-se que este voluntário baseia-se no mesmo argumento usado pela fonoaudióloga Glória Beuttenmüller, que fez um trabalho de uniformização da fala dos jornalistas, quer dizer, o argumento da compreensibilidade. Como já se disse, não existe variante mais ou menos compreensível, melhor ou pior, sob o ponto de vista lingüístico. Percebe-se, portanto, a posição hegemônica adotada por este voluntário, para quem, de certo modo, os mesmos valores atribuídos a uma dada região, por extensão, são atribuídos às variantes lingüísticas provenientes de lugares de menor prestígio.

A habitante do Espírito Santo tem uma visão oposicional em relação ao *JN* ao dizer que: “acho o *Jornal Nacional* manipulador e superficial”. Além disso, ela pontua que “é raro notícias fora do eixo SP-Rio serem divulgadas”. No entanto, em relação ao sotaque do noticiário ela afirma que “a maior parte dos profissionais (principalmente apresentadores) do *JN* não apresenta nenhum sotaque marcado.” Para essa voluntária, deve-se fazer uso de um sotaque sem marcas “para a maior clareza na apresentação”. Observa-se aqui o mesmo argumento do voluntário do MT e a mesma leitura hegemônica do sotaque do noticiário.

O voluntário de Minas Gerais adota uma leitura negociada ao afirmar que o *JN* é um “jornal como outro qualquer” e rompe em parte o contrato fiduciário ao dizer que “é difícil um apanhado de notícias do país todo coincidir com o cotidiano de qualquer pessoa”. Em relação ao sotaque dos profissionais do noticiário, ele estabelece uma visão oposi-

cional, pois ele não acredita na inexistência do sotaque do *JN*, mas não percebe semelhança entre esse e o próprio sotaque: “Nos apresentadores, não noto sotaque diferente da região onde estou incluído e percebo como meu próprio sotaque”. Sobre o fato de o jornal dever ser apresentado sem marcas regionais na fala ele se manifesta contrariamente: “desde que se façam entender, eles [os jornalistas do *JN*] devem falar da maneira como estão acostumados”. Neste caso, o voluntário adota uma leitura oposicional e decodifica o sotaque do *Jornal Nacional* de forma contrária aos interesses hegemônicos.

Diferentemente da percepção do último voluntário, o habitante do Rio de Janeiro tem uma leitura hegemônica do noticiário e também mantém o contrato fiduciário: “Acho um bom jornal e me sinto bem informado ao vê-lo. [As notícias coincidem com meu cotidiano, pois] falam um pouco de tudo do Brasil, de esportes, e dos principais acontecimentos do dia, em um bom horário para que o trabalhador assista”. Quanto à decodificação do sotaque, ele mantém a mesma leitura e afirma que “entendo perfeitamente o que passam não me parece um sotaque marcado”. Nesse sentido, o habitante do RJ se vê incluído na fala de maior prestígio e diz: “Acho meu sotaque semelhante ao dos apresentadores porque são em sua maioria do sudeste e alguns do Rio assim como eu”.

O habitante do interior do estado de São Paulo apresenta uma leitura negociada do noticiário afirmando que: “É um bom telejornal, apesar de ser, em algumas ocasiões, tendencioso e superficial”. Para ele, “algumas notícias são muito mais centradas nas capitais. Dificilmente aparece algo do interior”. Desse modo, ele rompe parcialmente o acordo fiduciário. Em relação à apresentação das notícias com marcas regionais ele diz: “Na minha opinião, não haveria problema algum”. Para esse voluntário, também não se deve impor um falar sem marcas, pois “isso não influencia em nada o exercício da profissão deles, ou seja, a transmissão de uma notícia ao telespectador”. Nota-se, portanto, uma leitura oposicional do sotaque do *JN*.

O voluntário de São Paulo, capital, por sua vez, apresenta uma leitura hegemônica. Ele tanto tem uma posição favorável como mantém o acordo fiduciário afirmando: “Eu considero um jornal sério que busca sempre manter uma imparcialidade em relação aos fatos. (...) [As notícias apresentadas pelo *JN* coincidem com meu cotidiano] porque são

notícias que já foram lidas num portal na Internet ou ouvidas no rádio”. Quanto ao sotaque, a leitura é a mesma. Esse fato talvez ocorra, em parte, porque se trata de um indivíduo inserido na cidade de maior poder econômico do País. Ele considera seu sotaque semelhante ao falado pelos jornalistas do *JN*: “O sotaque paulistano não é tão carregado como o sotaque do Rio de Janeiro (...) ou como o do interior de São Paulo”. Sobre o fato de as notícias deverem ser apresentadas sem marcas regionais, ele se mostra favorável: “Os apresentadores devem falar sem sotaques regionais pois são responsáveis por transmitir notícias internacionais e, portanto, o quanto menos criar uma associação na cabeça que cause um certo ‘estranhamento’, melhor”.

O habitante do Paraná tem uma visão negociada quanto ao conteúdo trazido pelo noticiário dizendo que é “um tanto quanto superficial” e que as notícias pouco coincidem com seu dia-a-dia, já que elas “se concentram apenas em fatos das grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro”. No entanto, a leitura hegemônica aparece ao dizer que: “Dos apresentadores não percebo sotaque”. Quanto à apresentação das notícias com marcas regionais segue a visão hegemônica que afirma: “acharia estranho e um tanto quanto engraçado”. No entanto, a leitura negociada volta a aparecer quando ele afirma que não se deve adotar um falar sem marcas regionais no *JN*. Tais marcas, para ele, demonstram “a diversidade regional e mesmo cultural de nosso país”.

A habitante de Santa Catarina, por sua vez, apresenta uma visão negociada quanto ao conteúdo trazido pelo *JN*: “Acho que as notícias costumam ser apresentadas de forma ora pasteurizada, ora glamourizada, mas assisto porque acho que esse telejornal é um bom ‘termômetro’ dos fatos que foram importantes no dia”. Quanto à decodificação do sotaque, a visão mostra-se oposicional: “acho que o sotaque tenta não ter marcas regionais, mas que isso é planejado. É um sotaque urbano, que pretende ser universal, mas soa pasteurizado”.

A voluntária habitante do Rio Grande do Sul apresenta uma visão hegemônica dizendo que “(...) o *Jornal Nacional* para mim é o noticiário mais importante e mais completo de todos os canais de TV”. O contrato fiduciário é mantido e a telespectadora ainda aponta para o que Gomes (2005) chama da manutenção da “conversação social”: “[as notícias apresentadas pelo *JN*] coincidem com meu dia a dia, porque no meu grupo de contatos acabamos discutindo alguma notícia do *Jornal*

*Nacional* no outro dia”. A mesma visão hegemônica se estende à leitura do sotaque usado pelo noticiário: “acho um sotaque bem brasileiro, bem Brasil mesmo”. Nota-se, nesta afirmação, a leitura hegemônica em mais alto grau, ou seja, opera exatamente sob o código dominante, já que, para essa telespectadora, um falar de uma região localizada é decodificado como um falar “bem brasileiro”.

## 6.6 Decodificação da expressão *versus* decodificação do conteúdo

Esta análise nos faz voltar a dois autores, Hjelmslev (1975) e Hall (2003). O primeiro nos fala que todo signo é a relação entre duas grandezas lingüísticas: o plano de expressão e o plano de conteúdo, unidos pela função semiótica. Na língua oral, a imagem acústica refere-se à expressão, e o conceito, ao conteúdo. No contexto do *Jornal Nacional*, tomamos o sotaque como um texto televisivo, que produz sentido e que está na esfera do plano de expressão.

Pela análise dos questionários, como se disse, houve uma oscilação entre três tipos de leitura em relação ao *JN* – oposicional, negociada e hegemônica. A partir disso, pôde-se apreender dois momentos distintos: a leitura do conteúdo do noticiário e a leitura da expressão (sotaque), que podiam estar em acordo ou não.

O que nos chamou atenção foi que muitos dos voluntários têm uma leitura oposicional, crítica, em relação à temática das notícias do *Jornal Nacional*, que se concentra no eixo Rio-SP. No entanto, essa mesma leitura não se mantém em relação à decodificação do sotaque do *JN* que também marca um *lugar de fala*, a região Sudeste, ou falares que compreendem o referido eixo Rio-SP.

Na primeira parte, viu-se que, para Hall (2003), os códigos são profundamente naturalizados: “isso produz o efeito ideológico de encobrir as práticas de codificação presentes” (Hall, 2003:393). Pela análise dos questionários, observou-se uma leitura muito mais oposicional em relação ao conteúdo do *Jornal Nacional*, do que em relação ao plano da expressão (sotaque). Evidentemente, tanto um quanto outro são códigos naturalizados, no entanto, o plano de expressão parece ser mais na-

turalizado, mais ideologizado e, por isso, menos decodificado de forma oposicional.

Evidentemente, houve casos em que voluntários da pesquisa fizeram uma leitura oposicional em relação ao falar do *Jornal Nacional*, o que nos confirma a existência de um receptor ativo e interpretativo. No entanto, como se observaram mais leituras hegemônicas em relação ao sotaque do *JN*, pode-se concluir que o sotaque, enquadrado como um texto televisivo e sendo plano de expressão, mostra-se mais naturalizado e codificado – e, por isso, mais ideologizado que o plano de conteúdo, no caso, a temática das notícias do *Jornal Nacional*.

## Conclusão

Na década de 1960, o lingüista russo Roman Jakobson já chamara atenção para a relação entre a Comunicação e a Lingüística, em seu livro *Lingüística e Comunicação*, trazendo importantes contribuições, como as funções da linguagem, que estariam centradas em um dos elementos do processo de comunicação. Entretanto, tratava-se de outro momento histórico, em que as visões das Teorias Matemática e Crítica não haviam sido ainda abandonadas. A Lingüística, então, relacionava-se com uma concepção linear de comunicação.

Hoje, na esteira dos estudos em Comunicação, considera-se a existência de um receptor ativo, interpretativo, e a comunicação é entendida como um processo circular. Paralelamente, a Lingüística se aproxima dos pressupostos estabelecidos pela comunicação ao afirmar-se que ela “trata das práticas comunicativas, ou seja, vê como sua tarefa a análise da língua enquanto atividade interativa” (Marcuschi, 2005:67). Ademais, a língua e a comunicação mostram-se indissociáveis da cultura. Hjelmslev (1975) concebe a língua no bojo da cultura, assim como, para os Estudos Culturais Ingleses, os processos comunicativos só têm sentido se pensados culturalmente. Assim, as mesmas questões ideológicas, sociais, políticas e culturais, caras à Comunicação, mostram-se também no âmbito das preocupações da Lingüística.

Ao estudarmos o objeto sotaque/falar do *Jornal Nacional*, articulamos, pois, essas duas áreas do conhecimento. Primeiro, porque o tema *sotaque* é historicamente de domínio da Lingüística, mais especificamente da Geolingüística e da Sociolingüística. No entanto, ao se enquadrar o falar/sotaque no contexto de um veículo de comunicação, no caso, o *Jornal Nacional*, encontra-se, pois, a confluência dessas duas ciências. Um texto televisivo, de acordo com Hall, é de *per si* polissêmico, produz vários sentidos construídos por receptores ativos e

heterogêneos. O falar/sotaque, no contexto de um telejornal, é, portanto, um texto televisivo. (Entende-se texto, aqui, como tudo aquilo que produz sentido, sendo texto um texto escrito, verbal, tátil, olfativo, gustativo etc.). Dessa forma, o sotaque produz sentidos, traz consigo informações, de acordo com Medeiros (1999). Não foi preocupação desta monografia realizar um estudo lingüístico, no sentido de ser descritivo, mas de pensar o sotaque como um texto televisivo, ideológico, que é decodificado de muitas maneiras. Essa preocupação, portanto, passa pelo viés comunicativo, e por que não dizer, lingüístico, em sua concepção de interação.

Essas duas ciências trabalharam em torno de um objeto comum. As contribuições ultrapassaram as barreiras disciplinares para fundar-se em torno de questionamentos mais amplos e mais bem fundamentados. Ao finalizar este estudo, deparamos-nos com a conclusão de que o objeto é o senhor da pesquisa: ele requer as teorias mais adequadas para apreendê-lo, e, assim, rompem-se os limites entre as disciplinas.

Na primeira parte desta monografia, vimos como se codifica o sotaque enquanto texto televisivo e, há pouco, pudemos perceber como se dá sua decodificação. Evidentemente, não esgotamos esse tema, que carece, ainda, de bibliografia mais ampla e completa. Os trabalhos de Medeiros (1999 e 2006) abriram precedentes para se estudar o sotaque no âmbito da Comunicação. Este nosso estudo é mais uma tentativa de perceber o sotaque da mídia como parte de um todo, formado por fatores sociais, políticos, históricos, culturais, econômicos e ideológicos. Portanto, ao tentarmos perceber esse todo, alinhamo-nos àquilo que França (2004) chama de “flagrar a interseção”, ou seja, perceber como é tecida a costura de tais elementos. Assim, para essa autora, a adoção de um modelo relacional “nos permitirá uma nova forma de compreensão” (França, 2004:06). Imbuídos dessa proposta, encerramos este trabalho com algumas conclusões e muitas inquietações para seguir investigando esse fenômeno.

## Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Ed.70, 2005.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *A comunicação Humana*. In: Fiorin, J. L. (org.) - *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BHABHA, Homi K., *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG: 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: c1986.
- BRAGA, José Luiz. “*Lugar de fala*” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais e outras falas. In FAUSTO NETO, A. e PINTO, M. *Mídia e Cultura*. Rio de Janeiro: Diadorim/COMPOS, 1997.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHRYSTUS, Mirian. *À sombra de Heródoto: a linhagem narrativa das matérias edificantes do Jornal Nacional*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1999.
- CRYSTAL, David. *Language and the Internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Capítulo 7: The language and the web. p.195-223

- FRANÇA, Vera R. V. *Programas "populares" na TV: desafios metodológicos e conceituais*. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA COM-PÓS. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 22 a 25 de junho de 2004.
- GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.
- GOMES, Itania Maria Mota. *Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão*. Trabalho apresentado ao NP 07 – Comunicação Audiovisual, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005.
- GUERRA, Josenildo Luiz. *O "contrato fiduciário" entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade*. Revista *Comunicação & política*. Volume V, nº. 1. janeiro-abril. Rio de Janeiro, 1998.
- HALLIDAY, M. A. K. (Michael Alexander Kirkwood), MCINTOSH, Angus e STREVENSON, Peter; MORAU, Myriam Freire, trad. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: 1974.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOBBSAWM, E. J. (Eric J.) *A era do capital: 1848-1875*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- HOBBSAWM, E. J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.
- HOUAISS, Antônio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- LANGACKER, Ronald W; AZEVEDO, Gilda Maria Correa, trad. *A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos lingüísticos fundamentais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: Luiz Antônio Marcuschi; Antônio Carlos Xavier. (Org.). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004, v. , p. 13-67.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Perplexidades e perspectivas da lingüística na virada do milênio*. In Revista Língua, lingüística e literatura. Vol. 1, nº3. João Pessoa: Editada por Jan Edson Rodrigues-Leite, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MATTE, Ana Cristina Fricke. *Vozes e canções infantis brasileiras: emoções no tempo*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.
- MEDEIROS. Ana Lúcia. *Outros falares, outros olhares: os “sotaques” no telejornalismo e na novela*. Dissertação de Mestrado. UnB, 1999.
- MEDEIROS. Ana Lúcia. *Sotaques na TV*. São Paulo: Anablumme, 2006.
- MILROY, James, MILROY, Lesley. *Authority in language: Investigating Standard English*. London: Routledge, 1999.
- PATERNOSTRO. Vera Íris. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- PETTER, Margarida. *Língua, linguagem, lingüística*. In: Fiorin, J. L. (org.) - *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RAMOS, Jânia Martins . *Avaliação de Dialetos Brasileiros: O Sotaque*. *Revista de estudos da linguagem*, Belo Horizonte, p. 103-125, 1997.

- RENAN, Ernest; MELLO, Renato (trad.) *O que é uma nação?*. In MELLO, Renato. *A nação de Renan. Caligrama – Revista de estudos românicos*. Vol. 4, Belo Horizonte, 1999.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.
- ROMAINE, Suzanne. *Language in society: an introduction to socio-linguistics*. New York: Oxford University Press, 1994.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornal Nacional: a notícia faz história/Memória Globo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- SILVERSTONE, Roger. *Televisión y vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1996.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.
- SOARES, Magda. *Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 81, 2002.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TREVOR-ROPER, Hugh. *A invenção das tradições: a tradição das Terras Altas (Highlands) da Escócia*. In HOBSBAWM, E. J. (Eric J.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.
- ZÁGARI, Mário Roberto L. *Os falares mineiros: esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. In Aguilera V. (org). *A geolingüística no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1998.

# Anexo

O anexo desta monografia compreende o modelo de formulário, que contém as perguntas, e as respostas completas dos voluntários. (Eventuais erros de digitação ou desvios de norma culta nas respostas dos questionários não nos cabe corrigir)

## Modelo do questionário

Universidade Federal de Minas Gerais  
Curso de Comunicação Social

## Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa **O falar do *Jornal Nacional*: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica**. No caso de você concordar em participar, favor assinalar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

**Nome da pesquisa:** *O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica.*

**Orientadora:** Profa. Mirian Chrystus de Mello e Silva

**Pesquisador:** Conrado Moreira Mendes (31 8832 7671)

**Objetivo:** Investigar de que maneira é codificado e decodificado um falar/sotaque de telejornal *Jornal Nacional*.

**Procedimentos do estudo:** Se concordar em participar da pesquisa, você deverá responder a um pequeno questionário apresentando alguns de seus dados pessoais, depois uma ficha cultural e, por fim, responder a oito perguntas sobre o *Jornal Nacional* e sobre o falar/sotaque utilizado por esse noticiário. As respostas servirão de base para a realização de uma pesquisa de recepção que pretende investigar os posicionamentos e as respostas dos sujeitos sobre o tema.

**Custo/reembolso para o participante:** Não haverá nenhum gasto com sua participação. Você também não receberá nenhum pagamento por fazer parte da pesquisa.

**Confidencialidade da pesquisa:** Em hipótese alguma o nome dos participantes será divulgado.

Consentimento de participação da pessoa como sujeito

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelos pesquisadores dos procedimentos que serão utilizados e da confidencialidade da pesquisa da qual aceito participar. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

\_\_\_\_\_  
(Nome por extenso)

Concordo em participar da pesquisa ( )

Não concordo em participar da pesquisa ( )

**Prezado (a) entrevistado (a),**

As perguntas que serão respondidas fazem parte de uma pesquisa sobre o sotaque do *Jornal Nacional*. As mesmas vão compor um estudo de recepção sobre esse assunto. Favor responder as perguntas com atenção, pois, é, a partir da percepção do telespectador, que se vai poder perceber de que maneira o *Jornal Nacional* é decodificado pelo público.

Lembramos que não existem respostas certas ou erradas, trata-se da maneira como cada entrevistado percebe/decodifica o sotaque usado no *Jornal Nacional*. Também não há limite de caracteres pré-estabelecido para as respostas.

Muito obrigado pela participação,

Conrado Moreira Mendes, aluno do curso de Comunicação Social da UFMG, autor do projeto.

**Dados do (a) entrevistado (a):**

Nome:

Sexo:

Idade:

Profissão:

Cidade e estado em que nasceu:

Cidade e estado em que mora:

**Ficha cultural:**

1) Qual é seu tipo de lazer preferido? (cinema, teatro, TV, livros, revistas, jornal, etc.) (Pode ser mais de um tipo).

2) Cite três programas de televisão de que você mais gosta.

3) Quantas horas por dia você assiste televisão?

**Questionário:**

1) Você é um telespectador freqüente do *Jornal Nacional*? Qual é sua opinião em relação a este noticiário?

2) As notícias que o *Jornal Nacional* exhibe coincidem com seu dia-a-dia? Sim, um pouco ou não? Por quê?

3) Em relação ao sotaque usado pelos repórteres e apresentadores do *Jornal Nacional*, você considera um sotaque não marcado (sem marcas regionais)? Sim ou não? Por quê?

4) Você considera o seu sotaque semelhante/igual ao sotaque usado pelos repórteres e apresentadores do *Jornal Nacional*? Sim ou não? Por quê?

5) O que você acharia se o (a) apresentador (a) do *Jornal nacional* apresentasse esse noticiário com um sotaque com marcas regionais?

6) O sotaque de alguma região poderia comprometer a compreensibilidade da notícia? Se sim, de qual ou quais regiões brasileiras e por quê?

7) Em sua opinião, existe alguma região, estado ou cidade brasileira em que seus habitantes possuam um sotaque não marcado (sem marcas regionais)? Qual? Por quê?

8) Os repórteres e apresentadores do *Jornal Nacional* devem apresentar um sotaque sem marcas regionais? Por quê?

## Respostas dos questionários

### Voluntária habitante de Vitória da Conquista, BA

Sexo: feminino

Idade: 34 anos

Profissão: professora

Cidade e estado em que nasceu: Vitória da conquista - BA

Cidade e estado em que mora: Vitória da conquista - BA

### Ficha cultural:

1) Gosto muito de cinema, de livros e de TV.

2) A Grande Família, Repórter Record e Arquivo Morto

3) Em média umas 3 horas

### Questionário:

1) Vejo quase diariamente, mas o considero muito parcial e tendencioso.

2) Um pouco. Às vezes quando eles anunciam pesquisas realizadas que indicam baixos níveis de inflação ou aumento de vagas de emprego,

tudo parece muito fantasioso frente ao que vejo. Além disso, as notícias se concentram muito no eixo Rio-São Paulo e Brasília; quando aparecem outros Estados, especialmente os do Norte-Nordeste é para dar alguma notícia pitoresca/folclórica ou mostrar alguma festa regional.

3) Não me lembro de ter percebido qualquer marca regional dos apresentadores/âncoras do Jornal Nacional, mas já percebi nos repórteres – é fácil detectar a pronúncia diferente de algumas letras, como do “s” e “r”, quando são pronunciadas com sotaque regional. Em geral dá para perceber quando o repórter é carioca, paulista, paulistano, baiano ou gaúcho.

4) Não. Meu sotaque já é bem misturado: moro numa região da Bahia que já foi muito ligada culturalmente à Minas, meu sotaque baiano é bem leve, e depois que morei 9 anos em São Paulo, algumas marcas de sotaque de lá ficaram.

5) Não vejo nenhum problema. Desde que a comunicação seja perfeita, não há problema nenhum.

6) Sotaque não afeta a compreensão da notícia. A velocidade da fala poderia comprometer em se tratando de, por exemplo, como já ouvi um cearense falando tão rápido que era impossível entender. Mas não entendo isso como problema de sotaque.

7) Desconheço. Já viajei para vários Estados brasileiros e em todos eles era possível notar a existência de sotaque.

8) Dever é muito forte. Acredito que a opção em não apresentar sotaque dá uma falsa idéia de imparcialidade com qualquer Estado. Acho besteira.

\* \* \*

**Voluntário habitante de Fortaleza, CE**

Sexo: Masculino

Idade: 26

Profissão: bancário

Cidade e estado em que nasceu: Fortaleza-CE

Cidade e estado em que mora: Fortaleza-CE

**Ficha cultural:**

- 1) Um bom cinema e um ótimo livro.
- 2) Jornal da globo, jô soares,
- 3) 2 horas

**Questionário:**

- 1) Não sou um telespectador freqüente. Um jornal qe engloba toda área de noticiário de massa.
- 2) Sim , já que procura englobar diversas áreas do cotidiano.
- 3) Sim . por que eles procuram alem de ser neutros com relação ao regionalismo . Procurando estabelecer um certo padrão.
- 4) Não já que sou marcado pelo regionalismo da minha região.
- 5) Acredito que a percepção das pessoas que ouvissem o repórter não seria agradável pois poderiam ver como algo extremamente deslocado ou mesmo discriminatório.
- 6) Sim. Nordeste e Sul devido a utilização de termos específicos para Colocação de idéias. A cultura diferente.
- 7) Não
- 8) Sim para manter uma certa homogeneidade para levar a informação a todos com uma compreensão comum.

**Voluntária habitante de Belém, PA**

Sexo: feminino

Idade: 40

Profissão: autônomo

Cidade e estado em que nasceu: Rio branco - Acre

Cidade e estado em que mora: Belém, Pará.

**Ficha cultural:**

- 1) Revista, TV
- 2) Páginas da vida, jornal nacional, fantástico.
- 3) Cinco horas

**Questionário:**

- 1) Sim. Pois através dele sabemos as notícias do que acontece no mundo e sempre vamos estar informados e ter mais conhecimentos.

2) Sim. Porque no jornal informa muito a questão das eleições, que me ajuda a escolher melhor o meu candidato, a questão da violência e a insegurança existente no nosso dia-dia.

3) Sem marcas regionais, já que as notícias são faladas de um modo padrão.

4) Não, tenho um sotaque diferente da sua região, eles cursaram e estudaram jornalismo.

5) Ficaria difícil de entender o assunto e é um jornal assistido pelo mundo todo e teria que ser a fala correta sem sotaques.

6) Sim, todas as regiões, já que cada região tem seu jeito de falar, devido a sua história ou a sua cultura.

7) Não, o nosso povo brasileiro foi e ainda é influenciado por várias línguas do mundo inteiro, as suas descendências marcadas.

8) Sim, o entendimento do assunto será muito melhor para o telespectador, fazendo com que aumente a audiência.

**Voluntária habitante de Teresina, PI**

Sexo: Feminino

Idade: 29

Profissão: Pedagoga/ Consultora Educacional

Cidade e estado em que nasceu: Teresina-Piauí

Cidade e estado em que mora: Teresina, Piauí

**Ficha cultural:**

1) Revistas, Jornais, Livros, internet, cinema.

2) Os programas que gosto não “acontecem” nos canais abertos.

Programas produzidos p/ TV câmara e TV Senado o que posso incluir Documentários, Biografias q geralmente encontro nos canais fechados.

3) Menos que 5 horas

**Questionário:**

1) Não assisto com frequência. Muitas vezes não repassa o que realmente (é o sentimento) nas ruas, principalmente com relação aos assuntos políticos nacionais.

2) Não.

3) Não percebo sotaque nos apresentadores. Porém em alguns repórteres sim.

4) Geralmente acostumamos com a nossa voz/ sotaque e para falar a verdade o que percebo é que não chega sotaque aos meus ouvidos, é como se não existisse barreiras. Deu p/ entender?

5) Penso que: Ou seria enfadonho ou ficariam todos acostumados. Fico com a 1ª opção.

6) O sotaque talvez não. Mas, “palavras” de uso regionais, locais, particulares ou pronúncias de algumas palavras acredito q sim. Os gaúchos muitas vezes falam rápido demais e algumas vogais como ( é ) que para os paulistas chegam como ( ê ) as vezes pesam nos ouvidos. Bom, pelo menos me recordo desses.

7) Penso que Brasília e Espírito Santo. O capixaba e o brasiliense não considero “marcado”.

8) Acredito que assim como acostumamos com a nossa voz acredito que o sotaque Não marcado aproxima mais o telespectador como sujeito “passivo” do recebimento da informação. Quando existe o sotaque “a marca” isso poderia levar a juízos de valor sobre o noticiado em algumas situações.

### **Voluntária habitante de Dianópolis, TO**

Sexo: Feminino

Idade: 28

Profissão: Professora de Educação Física

Cidade e estado em que nasceu: Xique-Xique - BA

Cidade e estado em que mora: Dianópolis - TO

### **Ficha cultural:**

1) Adoro jogar handebol e ler um bom livro.

2) Jornal Nacional, Globo esporte e Novelas.

3) Umas 4 horas.

### **Questionário:**

1) Sim, sempre que posso. Creio que é o meio de comunicação ( fora internet) mais rápido de ficar por dentro dos acontecimentos envolvendo o Brasil e o mundo, e é de grande importância para os telespectadores.

2) Na maioria das vezes sim, só não é sempre porque quando eles

começam noticiar algum fato, parece que não acaba nunca, enjoa, abusa. Ex.: Quando fala da guerra ou política. Esse mesmo assunto foi tratado da mesma forma no dia anterior, “fica um saco agüentar”.

- 3) Sim, não percebo sotaque nos repórteres do Jornal Nacional.
- 4) Não, aqui no Tocantins o pessoal fala cantado.
- 5) Ficaria com a cara do Brasil. Legal!!!!
- 6) Acho que não, só não poderia usar gírias regionais.
- 7) Creio que não.
- 8) Creio que não, como escrevi na questão anterior só não deverá ter gírias regionais.

**Voluntária habitante de Goiânia, GO**

Sexo: Feminino

Idade: 31

Profissão: estudante

Cidade e estado em que nasceu: Brasília - DF

Cidade e estado em que mora: Goiânia - GO

**Ficha cultural:**

- 1) Cinema, bares, livros e TV
- 2) Law & Order SVU, A Diarista, A Grande Família
- 3) 5 horas

**Questionário:**

1) Esporádico. Já fui assídua. Eu penso que o jornalismo realizado pela TV Globo de forma geral é muito tendencioso e voltado para interesses econômicos dos anunciantes.

2) Factualmente sim, ideologicamente não.

3) Sim ou não? Por quê? Totalmente sem marca. Não dá pra diferenciar pela voz de onde é o repórter. São todos sem sotaque algum.

4) Não. Os jornalistas do JN parecem não ter nascido em lugar nenhum do país.

5) Seria muito mais interessante, principalmente nas matérias especiais que são feitas nas afiliadas da emissora. Seria até, digamos, um sinal de respeito as regionalidades.

6) Não!

7) Brasília. Lá é uma grande mistura de pessoas de todas as regiões do país, não tem um caráter identitário característico.

8) Não. Devem prevalecer as marcas regionais sim. Como já disse antes, é uma questão de respeito às identidades regionais.

**Voluntário habitante de Cuiabá, MT**

Sexo: M

Idade: 29

Profissão: ANALISTA DE SISTEMAS

Cidade e estado em que nasceu: CUIABA/MT

Cidade e estado em que mora: CUIABA/MT

**Ficha cultural:**

1) CINE, TEATRO REVISTA E JORNAL... NESSA SEQUENCIA

2) Will & grace, sexy and the city, friends

3) 2

**Questionário:**

1) Costumo assistir quando posso. É um jornal normal. Nada de extraordinário.

2) Não muito. Só quando tem algum escândalo envolvendo o estado, ou catástrofe. E nem sempre mostra a previsão do tempo da cidade, que é uma capital.

3) Em geral eu diria que não existe nenhum sotaque. Creio que até eles são treinados para isso. Imagine se eles falam "vôte!", ninguém iria entender, a não ser o pessoal daqui.

4) Sei que puxo o "r", ao menos é que meus amigos paulistas dizem. Então teria que dizer que não, pelo motivo já citado.

5) Horrível e muita gente não entenderia. Teve uma série produzida por completo em algumas regiões do país e vc podia sentir claramente o sotaque. Não fica legal. Sendo um veículo de comunicação de notícias nacionais.

6) Sim. Nordeste falando rápido, por exemplo. Tem como entender alguma coisa?

7) Acho que não existe isso. Os nativos de cada região têm seu modo de falar. Sendo assim, cada um tem o seu sotaque.

8) Sim. Pois assim o Brasil todo pode compreender. E não ficar rindo do sotaque que esta sendo usado pelo repórter se for algo tipo do nordeste ou "gaúcho tchê".

**Voluntária habitante de Vitória, ES**

Sexo: Feminino

Idade: 27

Profissão: Funcionário Público

Cidade e estado em que nasceu: Vitória - ES

Cidade e estado em que mora: Vitória - ES

**Ficha cultural:**

- 1) Livros, revistas, cinema.
- 2) Lost, Grey's anatomy, Miami ink
- 3) 2 a 3, em média.

**Questionário:**

1) Não assiste sempre, acho o Jornal Nacional manipulador e superficial.

2) Não muito, porque é raro notícias fora do eixo SP- Rio serem divulgadas.

3) Sim, a maior parte dos profissionais (principalmente apresentadores) do JN não apresenta nenhum sotaque marcado, pelo menos aparentemente.

4) Sim, porque o capixaba não tem um sotaque muito destacado, o que é bem próximo dos apresentadores do JN.

5) Não acharia interessante, porque, dependendo de onde é o sotaque, poderia até ser complicado para os telespectadores entenderem totalmente.

6) Com certeza, o sotaque do sul do país, por exemplo de SC, é muito difícil de ser compreendido facilmente, porque eles falam muito rápido, e pronunciam certas letras de forma estranha para nós (como no "e" deles, que é mais fechado).

7) O Espírito Santo, até onde eu saiba, é o estado que apresenta o sotaque mais leve, principalmente nas grandes cidades.

8) Sim, para maior clareza na apresentação, e também porque existem muitos sotaques no Brasil, como a maior parte dos apresentadores

do JN é do RJ ou de SP, seria até meio politicamente incorreto com os outros sotaques eles do aparecem com os repórteres.

**Voluntário habitante de Belo Horizonte, MG**

Sexo: Masculino

Idade: 34

Profissão: Técnico em Informática

Cidade e estado em que nasceu: Montes Claros, Minas Gerais.

Cidade e estado em que mora: Belo Horizonte, Minas Gerais.

**Ficha cultural:**

- 1) Cinema, cicloturismo, Internet.
- 2) Seriados de ficção científica (por exemplo, os da série StarTrek); A Grande Família (Rede Globo); Jornal da Globo.
- 3) Média de 4 horas diárias.

**Questionário:**

1) Assisto sempre que estou em casa no horário. Pela fama do jornal, espera-se os melhores comentaristas e as reportagens mais elaboradas do dia. Para mim, é um jornal como outro qualquer.

2) É difícil um apanhado geral de notícias do país todo coincidir com o cotidiano de qualquer pessoa. Diria que às vezes me sinto englobado pela notícia. Um exemplo disso é a cobertura eleitoral: você fez parte daquele dia, sente que a notícia estava bem próxima de você, do que você participou. Outro exemplo é a previsão do tempo. Faço parte daquilo, querendo ou não.

3) Nos apresentadores, não noto sotaque diferente da região onde estou incluído e percebo como meu próprio sotaque. Nas reportagens, dá para perceber a diferença em alguns casos, principalmente quando são repórteres locais e a reportagem tinha mesmo que ir ao ar por causa da urgência ou dificuldade em fazer uma reportagem mais detalhada ou elaborada.

4) Respondido acima. Ressalto que sou do norte do estado de Minas. Às vezes viajo para visitar a minha mãe e, quando retorno, pessoas com quem converso dizem que estou falando com um pouco de sotaque, meio “cantado”, meio “abaianado”. Então, temporariamente, posso sim notar que o sotaque dos apresentadores é diferente do meu.

5) Não me incomodaria. Já tive contato com vários sotaques diferentes e não acho feio nem difícil de entender. Claro que existem as gírias regionais, mas elas dificilmente seriam usadas num jornal.

6) Sotaque não afeta o meu entendimento em uma conversa. Às vezes não entendo as gírias locais, mas gírias não são usadas em jornais (pelo menos não nos grandes jornais, de grande circulação ou nacionais). Já ouvi gente do Sul falando meio “cantado”, “arrastado”, no jornal Nacional. São marcas do sotaque nordestino. Também já ouvi gente no nordeste falando um pouco rápido, para mim uma marca dos estados do Sul. Migrantes, talvez? O que às vezes dificulta é o nível cultural dos entrevistados. Notam-se frases mais ou menos elaboradas, mas nada que impeça a compreensão. Agora, apresentadores e repórteres, eu nunca ouvi falando “ôxi” ou “bá” num jornal.

7) A região na qual estamos inseridos é onde menos percebemos as tais “marcas”. É questão de acostumar os ouvidos.

8) Não. Desde que se façam entender, eles devem falar da maneira como estão acostumados. Isto é que importa.

\* \* \*

**Voluntário habitante do Rio de Janeiro, RJ**

Sexo: Masculino

Idade: 26

Profissão: Programador

Cidade e estado em que nasceu: Rio de Janeiro - RJ

Cidade e estado em que mora: Rio de Janeiro - RJ

**Ficha cultural:**

- 1) Cinema, Futebol, Praia.
- 2) TVZ, Friends, Esporte espetacular.
- 3) Duas no máximo.

**Questionário:**

- 1) Sim. Acho um bom jornal e me sinto bem informado ao vê-lo.
- 2) Sim. Falam um pouco de tudo do Brasil, de esportes, e dos principais acontecimentos do dia, em um bom horário para que o trabalhador assista.

3) Sim, Porque entendo perfeitamente o que passam e não me parece um sotaque marcado.

4) Sim. Acho meu sotaque semelhante ao dos apresentadores porque são em sua maioria do sudeste e alguns do Rio assim como eu.

5) Acharia estranho principalmente se utilizasse gírias e palavreado local.

6) Sim. Acho o sotaque do nordeste quando falado de maneira rápida um pouco difícil de entender.

7) Acho que não. Morei cinco anos em Minas e descobri algumas coisas interessantes sobre sotaque. As pessoas de uma cidade ou estado sempre acham que não tem sotaque, o que não é verdade. Em todas as regiões do país existe uma entonação própria e/ou um sotaque acentuado.

8) Sim. Porque fica claro a todos os indivíduos de todas as regiões do país.

\* \* \*

### **Voluntário habitante de Campinas, SP**

Sexo: Masculino

Idade: 27

Profissão: Estudante de doutorado

Cidade e estado em que nasceu: São José do Rio Preto - SP

Cidade e estado em que mora: Campinas - SP

### **Ficha cultural:**

1) Livros e cinema.

2) Seinfeld, Lost, A Grande Família.

3) Atualmente só assisto nos finais de semana e assim mesmo poucas horas por dia (entre 1 hora e 1 hora e meia).

### **Questionário:**

1) Já fui. Atualmente não assisto com regularidade. É um bom telejornal, apesar de ser, em algumas ocasiões, tendencioso e superficial.

2) Um pouco. Algumas notícias são muito centradas nas capitais. Dificilmente aparece algo do interior (apesar deste ponto ser compensado nos jornais regionais).

3) Não. Porque é possível identificar algumas características regionais, principalmente o sotaque carioca.

4) Não. Porque o meu sotaque é característico do interior paulista, o que não ocorre em tal telejornal.

5) Na minha opinião não haveria problema algum.

6) Não. O que poderia comprometer seria as expressões regionais, como as encontradas, por exemplo, no Nordeste e até mesmo na região Sul. Caso o português falado no telejornal não conter expressões regionais, mas somente o sotaque (que no meu entendimento compreende a forma de falar das palavras e entonação), não haveria problema no entendimento da notícia.

7) Não existe região sem um sotaque característico. Alguns podem ser mais notáveis, outros mais suaves, mas todos possuem características próprias na fala.

8) Não. Porque isso não influencia em nada no exercício da profissão deles, ou seja, a transmissão de uma notícia ao telespectador (salvo os casos de uso de expressões regionais, como eu já comentei na questão 6).

\* \* \*

**Voluntário habitante de São Paulo, SP**

Sexo: Masculino

Idade: 31

Profissão: Designer

Cidade e estado em que nasceu: São Paulo

Cidade e estado em que mora: São Paulo

**Ficha cultural:**

1) Cinema, TV, Livros

2) CSI, Lost, Jornal Nacional

3) 3h

**Questionário:**

1) Sim. Eu considero um jornal sério que busca sempre manter uma imparcialidade em relação aos fatos. Acho que deveria procurar concentrar mais matérias que tenham aspectos positivos. Tenho sensação

que, em algumas vezes, se transmite notícias muito trágicas e/ou que não tenham muito relação/interesse para o nosso público.

2) Coincidem porque geralmente são notícias que já foram lidas em algum portal na internet ou ouvidas no rádio. À noite, portanto, seria a vez de revê-las em vídeo.

3) Eu acho que deve haver um padrão Globo para que não fique evidenciado o sotaque, embora em alguns casos ainda dê para perceber que o repórter é local da cidade de onde está fazendo a reportagem. Os âncoras, porém, conseguem manter uma mesma linha, ou sejam, quase imperceptível.

4) Considero semelhante. O sotaque paulistano não é carregado como o sotaque do Rio de Janeiro. Os sotaques do Nordeste e do Sul do país também são muito evidentes, assim como o sotaque do interior de São Paulo. Tenho que enfatizar que o meu sotaque de paulistano não é aquele “típico da Mooca”, italianado.

5) Eu acho que atrapalha. Se o telejornal tem abrangência nacional, os apresentadores devem ter o sotaque mais “imparcial” possível.

6) Não compromete a compreensibilidade da notícia pois um repórter não pode cometer erros de gramática. O problema maior é ouvir alguém que não seja da sua região falando por muito tempo porque pode causar um desconforto. Pode ser uma questão de se acostumar o ouvido.

7) Acho que alguns lugares da região Norte, como em Belém (Pará) e São Luis (Maranhão) as pessoas falam um português claro e agradável de se ouvir. Acho que em São Paulo, capital, também se fala sem sotaque marcado.

8) Os apresentadores devem falar sem sotaques regionais pois são responsáveis por transmitir notícias internacionais e, portanto, o quanto menos criar uma associação na cabeça que cause um certo “estranhamento”, melhor. Os repórteres, ao meu ver, não necessariamente precisam perder o sotaque. Às vezes, até o sotaque pode ser um fator positivo, pois passa uma sensação de que o repórter local está mais envolvido na notícia. Porém, repórteres que são enviados para outros países, devem seguir o padrão dos âncoras.

\* \* \*

**Voluntário habitante de Curitiba, PR**

Sexo: Masculino

Idade: 25 anos

Profissão: Estudante

Cidade e estado em que nasceu: Limeira – SP

Cidade e estado em que mora: Curitiba – PR

**Ficha cultural:**

- 1) Livros, jornal e esportes.
- 2) Terceiro Tempo, Fala Brasil e Grande Família.
- 3) 4 horas

**Questionário:**

1) Sim. É um jornal que apresenta as notícias de forma um tanto quanto superficial, cujo objetivo é trazer um resumo conciso de tudo o que aconteceu de mais importante no dia.

2) Um pouco. Muitas vezes as notícias se concentram apenas em fatos das grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

3) Dos apresentadores não percebo sotaque. Mas dos repórteres, de acordo com sua região de origem, é possível perceber diferentes sotaques.

4) Depende da região de onde são os repórteres. Mas mesmo os repórteres paulistas, há uma diferença entre os que são da capital e do interior.

5) Acharia estranho e um tanto quanto engraçado.

6) Sim. De acordo com a velocidade de fala, seria mais complicado entender os sotaques nordestinos e do sul do país.

7) Não.

8) Não, pois isso demonstra a diversidade regional e mesmo cultural de nosso país.

\* \* \*

**Voluntária habitante de Pareci Novo, RS**

Sexo: feminino

Idade: 40

Profissão: Técnico em Química

Cidade e estado em que nasceu: São Sebastião do Caí - RS

Cidade e estado em que mora: Pareci Novo - RS

**Ficha cultural:**

- 1) Livros, revistas, jornais, filmes.
- 2) Jornal Nacional, fantástico, Casseta e Planeta
- 3) Todo dia o Jornal Nacional e todo o domingo o Fantástico, e no final de semana uma média de 2 filmes.

**Questionário:**

1) Sim, o Jornal Nacional para mim é o noticiário mais importante e mais completo de todos os canais de TV.

2) Sim, elas exibem e coincidem com o meu dia a dia, porque no meu grupo de contatos sempre acabamos discutindo alguma notícia do Jornal Nacional no outro dia.

3) Não acho um sotaque marcado por regiões, acho um sotaque bem brasileiro, bem Brasil mesmo.

4) Considero o sotaque dos apresentadores e reportes iguais ao meu, não sinto diferença.

5) A VOLUNTÁRIA NÃO RESPONDEU ESTA QUESTÃO.

6) Eu acho que nenhum sotaque iria comprometer a compreensão do noticiário do Jornal Nacional.

7) Em minha opinião todas as regiões possuem o seu sotaque característico, mas isso não atrapalha em nenhum entendimento para com o povo brasileiro.

8) Acho que os apresentadores e repórteres devem continuar assim como estão, o sotaque deles é bem propício de cada região que se encontram.

\* \* \*

**Voluntária habitante de Florianópolis, SC**

Sexo: Feminino

Idade: 34

Profissão: Jornalista

Cidade e estado em que nasceu: Curitiba - SC

Cidade e estado em que mora: Florianópolis - SC

**Ficha cultural:**

1) Cinema/DVD, ir a bares/restaurantes com amigos, praia, caminhadas, receber amigos em casa.

2) “Minha Nada Mole Vida” (Globo), “A Grande Família” (Globo), documentários do GNT.

3) Quando estou em casa assisto ao Jornal Nacional e à novela das 21h. Isso dá cerca de 2h, acredito.

**Questionário:**

1) Sim, quando estou em casa eu assisto ao Jornal Nacional. Acho que as notícias costumam ser apresentadas de forma ora pasteurizada, ora glamourizada. Mas assisto porque acho que esse telejornal é um bom “termômetro” dos fatos que foram importantes no dia.

2) Em geral, não. Acho o noticiário excessivamente centrado no Rio de Janeiro e em São Paulo (Brasília também, mas nesse caso sempre com o foco político). Os fatos ocorridos em outros lugares geralmente são apresentados como “exóticos”.

3) Sim, acho que o sotaque tenta não ter marcas regionais, mas que isso é planejado. É um sotaque urbano, que pretende ser “universal”, mas soa pasteurizado. Um indício de que isso é planejado é o desempenho da apresentadora Cristiane Pelajo, que assumiu há uns meses o Jornal da Globo. Na Globonews ela tinha um sotaque carioca bem forte, com o “x” marcado nos fonemas “s”. No Jornal da Globo dá a impressão de que ela se esforça para não puxar o “x” e usar o “s”, fica artificial.

4) Acho parecido, até porque eu não acho que tenho sotaque regional carregado. Mas claro que há diferenças.

5) Num país com tantos diferentes sotaques como o Brasil, eu acho que acabaria prevalecendo o sotaque carioca – uma vez que a Rede Globo tem sede no Rio de Janeiro. Então acho preferível que se opte por uma fórmula “geral” que possa ser bem entendida por todos, sem valorizar sotaque nenhum. Além disso, os sotaques regionais acabam aparecendo nas matérias de outros Estados, embora seja Rio e São Paulo os principais cenários do JN.

6) Não. Acho que as diferenças entre significados de palavras entre as várias regiões não ocorrem a ponto de comprometer a compreensão.

7) O pessoal da região Norte até tem um sotaque, mas na lingua-

gem oral eles praticam muito mais as regras da língua culta do que nas demais regiões.

8) Não acho que “devam” excluir as marcas regionais. No caso dos repórteres, acho que o sotaque regional de uma certa forma é uma informação a mais para as matérias. Mas, como já mencionei, já que a maioria dos cenários que aparecem no JN estão no Rio e em SP, acaba parecendo que os sotaques desses dois lugares é que são “certos”. No caso dos apresentadores, eu acho que um pretense sotaque “geral” permite que não de priorize um ou outro sotaque como sendo o “certo”.